



## MUNICÍPIO DE POMBAL

### ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL Nº 0005/AM/12, de 27/09/2012

Aos vinte e sete dias do mês de setembro do ano de dois mil e doze, nesta Cidade de Pombal, no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho, pelas catorze horas e trinta minutos, teve lugar a sessão ordinária da Assembleia Municipal, estando presentes, José Alves Grilo Gonçalves, João Manuel Carreira da Conceição Coucelo, Maria Fernanda Lopes Guardado Marques, Pedro Francisco Pires Brilhante, Carlos Alberto Ferreira da Silva, Joaquim dos Santos da Silva Branco, Teresa Maria Rodrigues Guapo, Fernando Silva, Maria da Conceição Freitas Anastácio, Américo Ferreira, Pedro Filipe da Silva Murinho, Maria Luzia Pereira Ferreira Domingues, Jorge António Gaspar Cordeiro, Catarina Pascoal da Silva, Anézio Gonçalves Ferreira, João Paulo Antunes dos Santos, Odete Marise dos Santos Alves, João André Varela Coelho, Fernando Daniel Lopes Carolino, Edite Maria Olaio Domingues dos Santos, Tiago André de Sousa Galvão Varela Santos, Vítor da Conceição Gomes, Pedro Miguel Serra Santos, João Pedro Monteiro Ferreira Gonçalves, António Fernandes Carrasqueira, Manuel Simões Rodrigues Marques, Elísio Carvalho, Eusébio Gonçalves Rodrigues, Leovigildo Marques da Silva Fernandes, Manuel António Rodrigues dos Santos, Carlos Manuel Rodrigues Domingues, José Maria Gonçalves Neves, António Manuel Cardoso Fernandes, Avelino das Neves António, Aires Cardoso Moreira, António do Nascimento Lopes, Carlos Manuel Simões Cardoso, Guilherme Manuel Gameiro Domingues, Isabel da Encarnação Costa, Ilídio Manuel da Mota e Maria José Rodrigues Marques, a fim de apreciar os assuntos constantes da seguinte ordem de trabalhos:

#### **Ponto 1 - Período de antes da Ordem do Dia:**

**Ponto 1.1 – Leitura, discussão e votação da ata da sessão anterior;**

**Ponto 1.2 – Leitura / Resumo do expediente recebido e cumprimento de formalidades Legais;**

**Ponto 1.3 – Intervenções na generalidade;**

#### **Ponto 2 - Período da Ordem do Dia:**

**Ponto 2.1 – Leitura e discussão da informação do Presidente da Câmara;**

**Ponto 2.2 – Designação de representante da Assembleia Municipal na Comissão de Protecção de Crianças e Jovens de Pombal;**

**Ponto 2.3 – Apresentação, discussão e votação na especialidade da Proposta de Revisão do Regimento da Assembleia Municipal;**

**Ponto 2.4 - Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre Fixação da taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis, relativa ao ano de 2012;**

**Ponto 2.5 - Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre Lançamento da Derrama a cobrar no ano 2013;**

**Ponto 2.6 - Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre Estabelecimento da Taxa Municipal de Direitos de Passagem a vigorar no ano de 2013;**

**Ponto 2.7 - Apreciação do Parecer do Auditor Externo relativo ao 1.º semestre de 2011;**

**Ponto 2.8 - Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre Autorização para assunção de compromissos relativamente a bens e serviços para exercícios seguintes;**



## MUNICÍPIO DE POMBAL

**Ponto 2.9 - Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre Requalificação dos Espaços Públicos da Aldeia do Vale (Pavimentação / Calçamento de Ruas) - Proc. n.º 25/2012 - Autorização para assunção de compromisso para exercícios seguintes;**

**Ponto 2.10 - Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre Construção da ETAR e Emissários de Pelariga / Almagreira (Construção da ETAR) - Proc. n.º 59/2011 - Autorização para assunção de compromisso para exercícios seguintes;**

**Ponto 2.11 - Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre Construção dos reservatórios e equipamento electromecânico nas Ranhas - Proc. n.º 03/2012 - Autorização para assunção de compromisso para exercícios seguintes;**

**Ponto 2.12 - Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre Construção da Conduta Adutora, Est. Elevatória e Reservatórios entre Caxaria e o Parque Industrial Manuel da Mota (Construção de Reservatórios) - Proc. n.º 24/2012 - Autorização para assunção de compromisso para exercícios seguintes;**

**Ponto 2.13 - Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre Construção do parque de viaturas e máquinas - Proc.º n.º 14/2012 – Autorização para efetivação da despesa;**

**Ponto 2.14 - Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre Garantia bancária no montante de € 37.081,00 a favor da E.P.- Estradas de Portugal - Autorização de assunção de compromisso para anos seguintes;**

**Ponto 2.15 - Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre Desafetação de caminho públicos sito no lugar de Boavista, freguesia de Redinha - Revogação da deliberação de 15 de maio de 2009;**

**Ponto 2.16 - Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre Desafetação de caminho público, sito na rua das Achadas Largas, freguesia de Meirinhas;**

**Ponto 2.17 - Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre Procedimento concursal comum para ocupação de dois postos de trabalho na modalidade de contrato de trabalho em funções publicas por tempo indeterminado da carreira/categoria de assistente operacional - área de pintura, para a secção de mobilidade, transito e manutenção urbana-ref.C previstos e não ocupados no mapa de pessoal;**

**Ponto 2.18 - Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre Procedimento concursal comum para ocupação de um posto de trabalho na modalidade de contrato de trabalho em funções publicas por tempo determinado (a termo certo), da carreira/categoria de técnico superior - área de engenharia florestal, para a divisão de urbanismo e planeamento, previsto e não ocupado no mapa de pessoal;**

**Ponto 2.19 - Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre Procedimento concursal comum para ocupação de um posto de trabalho na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado da carreira/categoria de técnico superior (veterinário municipal, para a unidade veterinária, mercados e feiras – ref.ª B ) previsto e não ocupado no mapa de pessoal;**

**Ponto 2.20 - Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre Projeto de Regulamento do Conselho Municipal da Juventude;**

**Ponto 2.21 - Agregação de Freguesias – Pronúncia da Assembleia.**



## MUNICÍPIO DE POMBAL

Encontravam-se ainda presentes, o Senhor Presidente da Câmara e os Senhores Vereadores Dr. Diogo Mateus, Dr.<sup>a</sup> Ana Gonçalves, Dr. Fernando Parreira, Dr. Michäel António, Dr.<sup>a</sup> Paula Silva, Dr. Adelino Mendes e o Dr. Carlos Lopes.

Presidiu à sessão José Alves Grilo Gonçalves e foram secretários Carlos Alberto Ferreira da Silva como 1.<sup>a</sup> secretária e Teresa Maria Rodrigues Guapo como 2.<sup>a</sup> Secretária.

O **Senhor Presidente da Assembleia** deu início aos trabalhos, tendo-se verificado, após a chamada, as seguintes ausências.

**Eleitos pela lista do PSD** – Cristina Portela Fragoso e Sérgio Manuel da Silva Gomes, que solicitou justificação da falta a qual foi considerada justificada pela Mesa.

Nesta altura informou ter recebido um pedido de suspensão de mandato, por 30 dias, do membro Andreia Sofia Pinheiro Marques, o qual, colocado a votação, foi aprovado por unanimidade e por minuta.

Mais informou que a cidadã imediatamente a seguir, Joana Carreira Revez Pereira Coucelo, foi previamente contactada com vista à possível ocupação do lugar, o que aceitou.

No entanto, devido a um imprevisto, a mesma viu-se impossibilitada de comparecer a esta sessão, tendo disso dado nota à Mesa, através de e-mail.

De seguida informou ter recebido também um pedido de substituição de Eliana Jorge Cordeiro Varalonga, tendo comparecido para ocupar o seu lugar, João Paulo Antunes dos Santos, o qual aceitou, se encontrava na sala e foi chamado a ocupar o devido lugar.

Mais informou que o membro da Bancada do Partido Socialista, Armindo Lopes Carolino, pediu substituição nesta sessão, tendo sido chamado a substituí-lo o cidadão imediatamente a seguir nas listas do respetivo Partido, João Pedro Monteiro Ferreira Gonçalves, o qual, estando presente na sala, foi chamado a ocupar o seu lugar.

Informou ter recebido ainda um comunicado do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Almagreira, informando que por motivos profissionais não podia estar presente na sessão nomeando em sua representação o Senhor Elísio Carvalho, Tesoureiro da mesma Junta de Freguesia.

Referiu que também o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vila Cã, Senhor Jorge Gameiro da Silva, se faz substituir pela secretária da referida Junta de Freguesia, Maria José Rodrigues Marques.

Encontrando-se ambos na sala, ocuparam, de imediato, os seus lugares.

### ***Ponto 1.1 – Leitura, discussão e votação da ata da sessão anterior.***

O Senhor Presidente da Assembleia pediu dispensa da leitura da ata a aprovação em virtude de ter sido distribuída atempadamente por todos os membros.

Colocada a ata a discussão, inscreveu-se o membro da Assembleia Fernando Carolino, que solicitou alterações de pormenor à ata as quais foram de imediato introduzidas.

**Colocada a ata a votação, foi a mesma aprovada por maioria, com quatro abstenções, por ausências na referida sessão.**



## MUNICÍPIO DE POMBAL

### ***Ponto 1.2 – Leitura / resumo do expediente recebido e cumprimento das formalidades legais.***

**O Senhor Presidente da Assembleia** informou ter recebido um convite da Filarmónica Louricalence para um encontro de bandas filarmónicas a realizar no dia 7 de outubro de 2012; Referiu ter recebido um documento do Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Administração Local acerca da temática “Pronunciamento das Assembleias Municipais sobre a extinção de Freguesias, nos termos da Lei 22/2012, de 30/5”;

Relembrou que se iria realizar, no dia 29 de setembro de 2012, em Santarém, o XX Congresso Extraordinário da Associação Nacional de Municípios de Portugueses;

Informou ainda, que o Centro de Sangue e da Transplantação de Coimbra, realiza no dia 15 de outubro de 2012 uma colheita de sangue nas instalações dos Bombeiros Voluntários de Pombal;

Deu nota de um documento enviado pela Associação para o Desenvolvimento de Leiria, sobre proposta para mais informação e participação dos cidadãos nas Assembleias e Consultas Públicas no Poder Local;

Comunicou ter também recebido um documento da UTRAT - Unidade Técnica para a Reorganização Administrativa do Território;

Finalmente disse que os documentos supra mencionados ficam à disposição dos membros da Assembleia.

### ***Ponto 1.3 – Intervenções na generalidade***

**O Senhor Presidente da Assembleia** abriu as inscrições para as intervenções na generalidade, tendo-se inscrito:

**Tiago Galvão**, que usou a palavra para dizer o seguinte:

*“Estamos no início do ano letivo e é necessário que haja condições para que este se inicie da melhor maneira possível. As notícias que nos chegam neste início de ano escolar são de que a escola pública é hoje uma escola mais pobre, com menos respostas educativas e com menos recursos para garantir um serviço público de educação de qualidade.*

*Os alunos que este ano ingressam no 10º ano, agora inseridos na escolaridade obrigatória, não usufruem da gratuidade do transporte escolar, contrariando o que sempre foi norma, no âmbito da escolaridade obrigatória.*

*As famílias estão cada vez mais penalizadas com as despesas que enfrentam para garantir o acesso à educação dos seus filhos. A responsabilidade deste início acidentado, atrapalhado e injusto é exclusivo do Governo que, por diversas razões, fora certamente enumerado em sede da Assembleia da República pelo Partido Socialista.*

*Em anos anteriores, em todas as Assembleias Municipais, os Senhores Presidentes de Junta reclamavam as transferências para garantirem as atividades educativas, delegadas pela Câmara, nas Freguesias. Neste sentido, gostaria de colocar as seguintes questões ao Senhor Presidente da Câmara:*

- As transferências escolares para o ensino pré-escolar e 1º ciclo do ensino básico, nomeadamente para os transportes escolares, refeições e atividades de enriquecimento curricular têm sido efectuadas atempadamente pelo governo?*
- A Câmara tem efectuado essa transferência atempadamente para as Juntas de Freguesia?*
- Estando por executar vários centros educativos no nosso concelho, tem alguma informação sobre a nova construção de novos centros educativos?*

*Recentemente, o nosso Concelho foi visitado pelo o Senhor Secretário de Estado da Saúde. Para clarificar a visita deste membro do governo, gostaria que o Senhor Presidente da Câmara me*



## MUNICÍPIO DE POMBAL

respondesse a algumas questões que presumo ter esclarecido com aquele membro do Governo, relativamente a compromissos contratualizados com:

- *Que compromissos foram assumidos pelo Senhor Secretário de Estado, relativamente á ampliação do Centro de Saúde de Pombal?*
- *Que compromissos foram assumidos pelo Senhor Secretário de Estado, relativamente á ampliação do Centro de Saúde da Guia? e, por último,*
- *Que compromissos foram assumidos pelo senhor Secretário de Estado, relativamente á construção da Unidade de Cuidados Continuados?"*

**Fernando Silva**, que fez a seguinte intervenção:

*“Quero aqui deixar um manifesto de opinião. Com saudade e nostalgia, recordo os anos de 1980 e princípios de 90, quando as pessoas viviam com esperança de melhores dias na sua vida e sorriam. Exemplo disso, é esta Câmara.*

*Hoje o que vemos? Frustração, desilusão, medo e lágrimas. Vamos ficar calados ou temos que gritar? Por mim deixo um alerta. Tenho 55 anos e estou cansado, excepto quando cumpri com o meu serviço militar, tenho trabalhado duro, não caí doente em quase 40 anos, tinha um salário razoável, não herdei o meu trabalho ou o meu rendimento, trabalhei para chegar onde estou e cheguei economizando muito, mas estou muito cansado.*

*Estou cansado que me digam que tenho que distribuir a riqueza para as pessoas que não querem trabalhar e não têm ética de trabalho; Estou cansado de ver o governo a ficar com o dinheiro que eu ganho e dá-lo a pessoas com preguiça de ganhá-lo; Estou cansado de ler e ouvir que o islamismo é uma religião de paz; Estou cansado que me digam que, por tolerância com outras culturas, devemos deixar que países como os árabes usem o dinheiro do petróleo para financiarem mesquitas e escolas para pregar o ódio, impedindo que outros países construam escolas, sinagogas e igrejas para ensinarem amor, tolerância e paz; Estou cansado, mas graças a Deus estou a caminho da saída, não há maneira de isto ser amplamente divulgado, a menos que cada um de nós colabore enviando e ganhando força para contrariar este mau caminho que o mundo, por força de péssimos governantes, nos está proporcionando.*

*Vou estar atento e voltarei um dia contrariando tudo aquilo que acabo de dizer, se tiver razão e tempo para o fazer.”*

**Pedro Santos**, que fez a intervenção abaixo:

*“A Freguesia de Louriçal é pelo seu contexto histórico, territorial e populacional, um território a ter em conta no âmbito do desenvolvimento integrado do Concelho. Esta freguesia tem conhecido nas últimas décadas algum desenvolvimento económico devido, essencialmente, a iniciativa e investimento privado, sendo agora imprescindível um esforço de investimento público de forma à criação e melhoria das condições da freguesia, de quem aqui pretende fazer o seu investimento e, desta forma, participar no dinamismo económico que se pretende para o Concelho.*

*Assim sendo, a criação do futuro Parque Empresarial do Louriçal será a chave do desenvolvimento económico desta região, sendo mais um passo para a criação de postos de trabalho e conseqüente fixação da população, combatendo o aumento do desemprego, especialmente das pessoas mais qualificadas, mais jovens e polivalentes.*

*Desde há muito tempo que a Junta de Freguesia do Louriçal tem sido abordada com o objetivo da realocação das indústrias existentes, bem como a implantação de novas unidades e novos investimentos o que, apesar da boa localização da Freguesia e das boas acessibilidades, é notória a falta de uma infraestrutura como um Parque Industrial para o crescimento da economia local, o que leva à premência da concretização destes projetos.*



## MUNICÍPIO DE POMBAL

*Neste sentido foi realizado o levantamento topográfico e cadastral de toda a área do Parque Empresarial do Louriçal, na zona das Castelhanas, junto ao nó do IC8, efetuado pela empresa ARTOP, encomendados oportunamente pelo Município de Pombal, mas devido aos inúmeros custos para preparação do terreno para instalação de possíveis interessados, o Município de Pombal muda de ideias e adquire terrenos na zona dos Matos da Vila, onde já se tinham instalado algumas indústrias há mais de 20 anos.*

*Neste sentido, a Junta de Freguesia do Louriçal marcou uma reunião com diversos empresários da região, no dia 12 de março de 2010, no sentido de saber o real interesse em investir neste Parque Empresarial, de forma a dar maior transparência e celeridade ao processo de implantação deste Parque. Dessa reunião saíram três pedidos formais de interesse em se instalar na Zona Industrial, pedidos esses que foram entregues ao Presidente da Câmara Municipal de Pombal, um mês depois, para sua superior análise, avaliação e consequente tomada de decisão. Ao consultar o sítio da internet BASE – Concursos Públicos Online, o serviço de “Elaboração de Projetos de Infra-estruturas de Revitalização da Zona Industrial do Louriçal” foi feito através de ajuste direto à empresa José António Gonçalves Marques, a 2 de maio de 2011 e tinha um prazo de execução de 70 dias.*

*Estamos em finais de setembro de 2012 e em todas as Assembleias de Freguesia do Louriçal este assunto é alvo de discussão, mas o Presidente de Junta, dá a resposta que lhe dão na Câmara Municipal de Pombal, está-se a fazer o projeto. Com estas demoras a vontade de investir já não é muita, e parece até que já houve empresários que foram falar com o Senhor Presidente da Câmara e este os mandou para a Zona Industrial da Guia.*

*Neste sentido, venho por este meio colocar as seguintes questões:*

- *Para quando a conclusão do projeto da revitalização da Zona Industrial do Louriçal?*
- *Caso esteja interessado em investir naquela área, quanto tempo mais tenho de aguardar?”*

**Jorge Cordeiro**, que fez a seguinte intervenção:

*“A minha intervenção vai centrar-se nas Festas do Bodo que tiveram lugar no último fim-de-semana de julho e eu gostaria de assinalar aqui alguns aspetos que nos parecem importantes, por isto, independentemente do que se possa dizer que foram as Festas do Bodo no passado, o que serão no futuro, ou o que são atualmente, a verdade é que quando olhamos para a tarde ou noite de sábado e vemos milhares de pessoas, independentemente da idade, da condição física, do estrato social, todas equipadas, a caminhar e a correr, só por aí se vê que as Festas já foram um sucesso, porque os eventos são feitos pelas pessoas daqui.*

*Mas hoje as Festas do Bodo têm um carácter que, se calhar, não tinham há uns anos atrás porque os eventos sócio-culturais e lúdicos do nosso Concelho não se esgotam nas Festas do Bodo e portanto há outras realizações que até derivam destas festas e que se projectam ao longo do ano, como as exposições que ainda estão patentes e que dão vida, naturalmente, a um Concelho que tem que manter estes eventos ao longo de todo o ano.*

*Também quero assinalar o que aconteceu nesta sala na inauguração solene das Festas do Bodo, que foi a renovação, por mais quatro anos, do protocolo entre a Câmara Municipal de Pombal e a Federação Portuguesa de Atletismo para que Pombal possa ser palco do Campeonato Nacional de Pista Coberta em Atletismo.*

*Isso, naturalmente, enche-nos de alegria, de orgulho e de satisfação, porque tem implicações no nome deste Concelho no País todo, mas porque também tem um impacto desportivo e económico e isso mostra uma capacidade de visão que nunca deve ser a curto prazo mas sim de médio e longo prazo, portanto quero dar os parabéns à Câmara de Pombal pela continuação desse projeto.”*

**Fernando Carolino**, cuja intervenção se segue:



## MUNICÍPIO DE POMBAL

*“À guisa do que é agora usado, também aqui se recorre à utilização de uma parábola. Desta feita a de “Pedro e o Lobo”. Como é sabido por todos, a moral da história é que, tantas vezes o pedido de ajuda foi falso que um dia ninguém ligou e Pedro foi atacado pelo Lobo. Analogia agora utilizada para enfrentar o recente Relatório de Verificação Interna de Contas, tornado público recentemente e referente aos anos de 2009 e de 2010.*

*Da sua leitura, ponderada, analítica e casuística constato que, de tudo o que foi verificado, há uma conclusão inequívoca a retirar: “Face às situações atrás descritas, a conta não reúne condições para ser homologada”, taxativo quer em 2009, quer em 2010, e “colocado à consideração superior”.*

*Como a razão, em política muitas vezes não está de acordo com a demonstração e vice-versa, para o caso aqui hoje apresentado, o que me parece bastante importante transmitir é que, uma vez mais, alertas, votos contra, questões colocadas por esta Bancada do Partido Socialista, afinal, não eram assim tão despropositadas, nem eram imaginação de uns “incautos políticos ávidos de protagonismo”.*

*Colocado ,o preto no branco encontramos frases nestes relatórios que descrevem o que, logo desde o início, aqui questionámos e alertámos, “...tudo factos que o acompanhamento e avaliação permanente do Sistema de Controlo Interno, a ter sido feito, deveria ter evitado, até porque são por demais evidentes enquanto pontos fracos que um “bonus pater familiae” teria seguramente considerado.”.*

*Se esta é uma vitória política para o PS? Se esta é uma derrota política do Executivo? Quer parecer-me que nem uma coisa nem outra. O que me quer parecer é que é, certamente, uma forma de ensinar a uns e a outros, para o presente e para o futuro, que há regras e, além disso, existe uma causa superior ao interesse partidário, e esse é o interesse da população pombalense na sua totalidade e não clientelar ou parcelar.*

*Mas ainda, há mais ilações que se podem tirar.*

*Nem o Senhor Presidente de Câmara é onnipresente, nem a oposição é ridícula e constituída por agitadores sem experiência política ou de vida; nem o Senhor Presidente de Câmara é tão rigoroso como se apregoa, nem a oposição um grupo de profetas da desgraça.*

*Finalmente, dois pontos a reter e que me deixam curioso em saber qual a posição dos visados neles:*

*Em primeiro lugar, a atitude que vai tomar o Revisor Oficial de Contas, visado nestes dois relatórios, perante estas conclusões e, em segundo lugar, o executivo camarário, face à constatação de graves e quiçá irreparáveis lacunas no seu Sistema de Controlo Interno bem como na aplicação do Princípio Contabilístico da Especialização neste relatório enunciado.*

*Podemos estar certos de um bom cumprimento da execução orçamental, da não ultrapassagem do limite de endividamento (pese embora aqui uma recomendação futura) e ao quase concluído inventário e valorização do Activo Imobilizado serem notas consideradas positivas.*

*Questiono eu, então mas não é assim se que deve gerir uma Câmara Municipal? Com rigor, com respeito pelo contribuinte, com razoabilidade de contas, no sentido técnico e prático de valorização patrimonial? Sem qualquer engulho menos entendível? Ora se é assim, estes relatórios não fazem mais do que constatar e demonstrar que leis foram cumpridas.*

*O que aqui falta cumprir são outros quinhentos. Sim, outros quinhentos, aqueles que se avocam a uma instituição financeira e a um ex-funcionário desta casa.*

*Se do segundo temos já desenvolvimentos, do primeiro pouco ou nada sabemos. E a saber, certamente, a conclusão será aquela que já aqui expressámos por diversas vezes sem que a razão estivesse presente em quem se defendeu, defendia e defenderá.*

*Só por um mero exercício prático de gestão bancária pessoal, convido-vos a utilizar o cartão de multibanco do vosso melhor amigo, dando-vos este o código do mesmo. Certamente vão ficar surpresos quando a máquina onde o utilizarem vos “presentear” com a quantia solicitada ou até pagar uma despesa efectuada. Agora, voltem a imaginar que, para além do cartão multibanco, do código secreto,*



## MUNICÍPIO DE POMBAL

*peçoal e intransmissível do mesmo, vos é entregue o controlo efectivo da conta a que esse cartão tem acesso. E agora ajam de má-fé, com ganância pelo vil metal e vejam qual é o resultado final.*

*No entanto, o nosso amigo deu ordens ao banco que só ele podia movimentar a conta com o cartão, contudo como Galileu um dia afirmou após terminus da sessão do Santo Ofício a Inquisição – “Eppur si muove!” e a conta mexeu-se ... ou mexeram-lhe.*

*As conclusões são vossas agora. A minha conclusão, essa, já a expressei nos diversos pontos aqui apresentados. Relatórios de Contas que não foram, nem estão homologados, exercícios de gestão com lacunas detectadas.*

*Para o futuro, fica a lição de que, por vezes, quem governa conforme lhe apraz os que lhe são dependentes, exigindo-lhes obediência passiva, nem sempre é um déspota, pode bem ser um vencedor.”*

**João Coucelo**, que fez a intervenção seguinte:

*“Eu ia falar sobre politica local mas acho que devo fazer aqui alguns reparos sobre aquilo que o Fernando Carolino disse.*

*Foi um parecer do Fernando Carolino e vale o que vale, aquilo que eu não concordo, e acho que deve ser bem frisado aqui, é que a Câmara Municipal não pode e não foi acusada por nenhum dos intervenientes neste processo. O desfalque foi comunicado imediatamente ao Ministério Público e à Inspeção Geral de Finanças. Há um relatório que propõe a homologação de contas e deixa à Câmara o direito de, no prazo de quinze dias, contestar o que existe nesse relatório, a lei é assim mesmo, portanto, até lá, há uma proposta de não homologação.*

*Queria dizer também aqui que, no que respeita à questão da mobilização da conta, é frisado e talvez mal interpretado que houve movimentação de conta por quem não devia e só podia fazê-lo com a conivência de alguém dentro da instituição bancária, que tinha como obrigação verificar a conta e, portanto, sempre que nos esquecemos de invocar isto, que me parece ser um ponto de toque do problema, estamos naturalmente a avolumar suspeitas sobre cumplicidade ou alguma negligencia.*

*Há necessidade sempre de melhorar processos de controlo interno e este facto veio alertar para o que a lei estabelece e que internamente todos sabiam, que só se podia movimentar a conta com a assinatura do Senhor Presidente, ou do seu substituto e do tesoureiro ou através do acesso ao BPI net, mas qualquer coisa não funcionou para isso poder acontecer. Agora, negligência por parte da Câmara, não.*

*Queria-vos dizer que se tivéssemos que julgar desfalques, teríamos que julgar algumas centenas de políticos que desfalcarem este país ao longo de anos, com milhões e milhões de euros, com políticas erradas, com vergonhosas parcerias público privadas, com utilizações de dinheiros públicos, vejam o que aconteceu com o Parque Escolar.*

*Meus amigos, eu não quero branquear coisa alguma, mas entendo que há instituições próprias para julgar, até às ultimas consequências, quem tem a culpa e qual a parte de culpa de cada um. Que eu saiba, há um processo em Tribunal contra a instituição bancária, a Câmara não foi acusada por ninguém até agora, e portanto, parece-me que é a altura de dizer: Há algo que correu mal, há um responsável identificado, vamos ver o que vai acontecer relativamente à questão do julgamento e sobre a ação que a Câmara moveu contra o BPI.”*

**André Coelho**, que usou da palavra para dizer o seguinte:

*“Duas notas muitos breves.*

*Nós, na bancada do Partido Socialista, debatemos sobre qual seria a nossa votação no orçamento trazido aqui á discussão em Dezembro de 2011. Na altura decidimos que, pelo o volume de obras e pela importância das mesmas, nos deveríamos abster mostrando o nosso apoio político, possível, para a execução de algumas promessas e pedidos do Partido Socialista durante imensos anos.*

*Naturalmente que algumas das obras não seriam da nossa concordância, falámos na altura de critérios. Critérios na definição de prioridades, visto que o dinheiro público não é infundável e os critérios que o*



## MUNICÍPIO DE POMBAL

*Senhor Presidente da Câmara aplica, muitas das vezes, só lhe pertencem a ele, infelizmente tem sido essa a prova da sua atuação.*

*Também neste orçamento estava inscrita uma obra que, entretanto, passou a ser discutida em reunião de câmara e por isso convém esclarecer a posição da bancada do Partido Socialista na Assembleia Municipal e falo, naturalmente, do Estádio de €500.000,00 que entretanto passou a ser de €300.000,00. Independentemente da necessidade de existir ou não um Estádio Desportivo, só o valor em si já estaria em causa, depois, no contexto em que nós vivemos, a existência de mais um Estádio também é questionável.*

*No contexto económico, as pessoas não entendem o que é ou não prioritário, e todos nós temos responsabilidades diretas ou indiretas, porque todos nós estamos dentro de Partidos que tomaram decisões que feriram, em muito, a dignidade das pessoas que pagam os seus impostos dignamente. Portanto, pergunto qual é a necessidade de definir esta obra em concreto? Qual é o sinal que é dado às famílias e, naturalmente, às outras Freguesias que não são beneficiadas com o mesmo e que também pretenderam ter essa obra?*

*Segundo ponto: A Taxa de Exploração de Inertes. nós tivemos, na minha última presença, um pedido por parte de um membro da Assembleia Municipal, um Presidente de Junta, que queria que se esclarecesse se efetivamente iria cobrar esta taxa de exploração de inertes, não favorecendo., como está a fazer, em milhões, um setor económico do nosso Concelho, ou se iria ser retirada do conjunto das taxas que estavam a ser discutidas na altura.*

*Até agora, segundo o parecer do Revisor Oficial de Contas, não recebeu nenhum valor destas taxas, pergunto novamente se estas taxas são para ser recebidas ou vão ser perdoadas em favorecimento de um setor económico específico do nosso Concelho? E se não for para serem cobradas, tenha a coragem de trazer aqui, à Assembleia Municipal, o procedimento que retirará esta Taxa do Regulamento das Taxas e dizer aos Pombalenses, de uma vez por todas, que não é para receber.”*

**Anézio Gonçalves**, cuja intervenção se segue:

*“Uso a palavra para salientar um acontecimento local, que foi a inauguração da Extensão de Saúde de Almagreira, evidentemente, para salientar o seu importante valor para aquela freguesia que, depois de muitos anos de luta, esforços e vontades, conseguiu levar a cabo a conclusão daquela obra e equipamento muito moderno, funcional e apto aos fins que se destinam, nomeadamente, servir e atender os utentes daquela região.*

*Ora bem o Senhor Presidente da Câmara, e fazendo uso de uma das suas bandeiras, enfatizou que seria importante que, no mais curto espaço de tempo possível, tivéssemos cá outra vez o Senhor Secretário de Estado ou outra entidade do governo para inaugurar a ampliação do Centro de Saúde de Pombal, que é uma necessidade imperiosa, há muito tempo em debate, e que tem sido uma das bandeiras desta Câmara. Mas o Senhor Presidente da Câmara salientou um outro aspeto que a mim mais sensibilizou, que é a criação de uma Unidade de Cuidados Continuados e apelou ao Senhor Secretário de Estado para ajudar o município para que esse desejo se possa tornar uma realidade.*

*Eu quero dizer ao Senhor Presidente da Câmara que se empenhe ao máximo perante as autoridades, neste caso o Ministério da Saúde, para que o serviço de Cuidados Continuados seja uma realidade e V. Ex.<sup>a</sup> pode deixar aqui a sua marca, neste seu ultimo mandato, em Pombal.”*

**José Neves**, cuja intervenção se segue:

*“Quero aqui falar de dois temas:*

*Agravamento dos custos que as pessoas têm nas suas taxas a este município, versus serviços á população. Nos custos que as pessoas têm a pagar ao município, eu quero citar a fatura da água que engloba também o saneamento e a RSU. A factura da água com estas taxas todas está cada vez mais cara e, em tempos difíceis, penso que há já muitas famílias com dificuldade de pagar a fatura da água, porque ela já*



## MUNICÍPIO DE POMBAL

*está a ficar muito cara. Ainda ontem, na comunicação social, passou uma notícia sobre uma tabela de municípios em Portugal que praticam preços mais elevados como Passos de Ferreira até Terras do Bouro que pratica os preços mais baixos.*

*Eu penso que o Município de Pombal se situa um pouco abaixo da tabela e penso isso porque fiz as minhas próprias contas e, em média de um ano, em 22m<sup>3</sup> de água mensais, eu paguei uma fatura de quase € 50,00 podem responder: “Ah! isso não corresponde à realidade” e eu não sei porquê. Não sei se é devido às leituras que são muito desfasadas no tempo e provocam um agravamento nos escalões ou se é por outra razão, o que é certo é que pagar as taxas todas torna-se bastante caro. Nós chegamos até ao ponto de as populações dizerem que já não querem saneamento e se possível não pagar resíduos urbanos. Portanto é um bocado difícil para famílias que não têm rendimentos suficientes, pagar os custos todos das taxas que têm que pagar á Câmara.*

*Por outro lado vêm aí as avaliações, um agravamento do IMI e portanto são mais impostos que as pessoas têm que pagar ao Município.*

*Eu queria contrapor isso aos serviços a prestar à população, portanto, na concretização dos pedidos, dos projetos, das promessas que muitas vezes são feitas pela Câmara através das Juntas de Freguesia, que são os representantes por estarem junto das populações e eu quero manifestar a minha insatisfação, no caso da minha Freguesia, porque os pedidos e promessas arrastam-se no tempo e, muitas delas, nunca mais são satisfeitas.*

*Tudo isto numa lógica de igualdade de tratamento e equilíbrio que deve existir entre as populações de todas as zonas do Concelho.”*

**Pedro Murtinho**, que fez a seguinte intervenção:

*“Começo por pedir desculpa da minha ousadia, mas quero manifestar aqui a minha satisfação por ver o meu particular amigo padre João Paulo Vaz como novo padre de Pombal. Quero dar-lhe as boas vindas, estando certo que estará à altura das responsabilidades que terá pela frente principalmente ao nível da evangelização.*

*Também uma palavra de gratidão ao padre Diamantino, pelos quinze anos que esteve à frente da paróquia. Já agora desejo também as boas vindas ao Cónego Manuel Maduro como padre de Almagreira, Pelariga e Redinha.*

*E por fim uma palavra de gratidão a este executivo pela obra que inaugurámos em Almagreira. Estou a falar da extensão de saúde, obra paga na íntegra por esta Câmara e que, após duas décadas de intensas lutas, fez finalmente sorrir a população de Almagreira. Fica aqui mais uma prova que a saúde é realmente uma área prioritária para este Executivo.”*

**Nascimento Lopes**, que fez a intervenção abaixo:

*“Vou focar um assunto que tem a ver com educação - Componente Social de Apoio á Família - e pegava nas palavras do membro Tiago Galvão para lhe dizer duas coisas.*

*Primeiro, longe vai o procedimento da Senhora Ministra da Educação do seu anterior governo. Esperávamos meses por aquilo a que tínhamos direito, tardavam em pagar e isso era para nós complicado, porque tínhamos que cumprir com as nossas obrigações e deveres e passávamos maus bocados.*

*Digo-lhe também que, por parte desta Câmara Municipal, nunca nos foi posta qualquer questão no sentido de não nos pagarem, é obvio que não poderia pagar no total mas iam-nos adiantando o essencial. Quero dizer-lhe que, passado este tempo, veio uma certa bonança e afirmar-lhe hoje, aqui, olhos nos olhos, que nem a Câmara, nem o Ministério da Educação devem nada à Junta de Freguesia de Pombal. Pagaram tudo aquilo a que tivemos direito. E devo dizer-lhe que não é tão pouco quanto isso, tendo em atenção o número de almoços que temos, o prolongamento com as pré-primárias e as AECS. E é bom que tenhamos a certeza que recebemos aquilo que nos é devido, a tempo e horas, caso contrário não*



## MUNICÍPIO DE POMBAL

*poderíamos cumprir com os nossos deveres e o dever da Componente Social de Apoio á Família é extremamente importante para quem tem os seus filhos à nossa responsabilidade e é obvio temos que responder a essa mesma responsabilidade.”*

**Avelino António**, que fez a seguinte intervenção:

*“Eu percebi, nas palavras do Deputado André Coelho, que se referia ao Campo de Futebol das Meirinhas e, nesse caso, queria dizer que a Associação e o campo das Meirinhas têm mais de quarenta anos e os terrenos foram adquiridos pela população.*

*A Freguesia das Meirinhas sempre teve, nas últimas décadas, uma equipa de futebol federada e, estando agora na divisão de honra e não sendo possível continuar a jogar em campo pelado, já utiliza, há três épocas, campos emprestados com elevados prejuízos quer na receita de bilheteira, quer na receita de publicidade.*

*Entretanto o campo pelado das Meirinhas e terrenos anexos passaram para a posse da Câmara Municipal para aplicação de um relvado sintético. Neste momento, o campo já está vedado e compactado, falta apenas o relvado e respectivas bancadas. Não entendemos tanta preocupação com um investimento que já foi feito noutras freguesias sem que fosse levantado qualquer problema e nas Meirinhas, mal se ouve falar num hipotético orçamento, passa a ser um inferno. Porque será que nas Meirinhas se verifica isto, quando se percebe que é das freguesias mais carenciadas a nível de infra-estruturas.*

*Recordo que nos últimos dez anos, foi das freguesias que mais cresceu, está em segundo lugar depois de Pombal, com o maior número de empresas instaladas, tem o segundo volume de negócios, só dos impostos que paga bastariam os de uma semana para pagar o campo de futebol pelo valor do orçamento. As Meirinhas têm contribuído sempre que necessário com obras de equipamento de ordem social, nomeadamente ambulâncias, camiões tanque para os bombeiros, um autocarro para o Sporting de Pombal.*

*Recentemente foi inaugurado o Centro de Dia dos Doentes de Alzheimer em que só das Meirinhas vieram mais de € 200.000,00, parte do betão foi pago por um empresário anónimo, outro empresário contribuiu com azulejos, loiças sanitárias e pavimento.*

*Eu pergunto que outra freguesia contribuiu para esta obra?*

*Será que as Meirinhas só têm o direito de contribuir e não ter nada em troca?”*

**Catarina Silva**, cuja intervenção se segue:

*“Só queria salientar aqui dois pontos. O Primeiro tem a ver com as tasquinhas e a feira nacional de artesanato.*

*Desde já desejo sucesso para esta iniciativa, como tem acontecido em anos anteriores, mas eu tenho uma preocupação este ano. O Rancho Folclórico do Louriçal vai estar presente e tem sido difícil estar presente porque as exigências, requisitos e burocracia são tantos, ainda mais quando começamos a analisar as exigências que nos são solicitadas face aos benefícios que são adquiridos, que começamos a pensar duas vezes, e eu não queria que, daqui a alguns anos acontecesse, em Pombal, o que acontece noutros concelhos, em que chamam tasquinhas ou feiras gastronómicas e depois os espaços são ocupados por restaurantes.*

*Quero dar os parabéns ao município pelas segundas olimpíadas seniores de Pombal, a realizar já no próximo dia 1 de outubro. Queria felicitar esta iniciativa que dignifica muito o concelho e em particular a ação social do município, que promove o bem estar sénior e qualquer iniciativa que se promove na área da responsabilidade social torna o concelho de Pombal diferente, dai os meus parabéns na continuidade deste tipo de eventos.”*

**António Fernandes**, que usou da palavra:

*“Em primeiro lugar, queria agradecer ao Senhor Presidente e ao seu executivo pelo apoio que dá, na época balnear, á manutenção da piscina do Parque de Lazer do Vale da Sobreira.*



## MUNICÍPIO DE POMBAL

*Para quem não sabe a água é controlada de quinze em quinze dias no Centro de Saúde e a sua qualidade manteve-se sempre acima da média e isso deve-se ao acompanhamento dos técnicos e ao apoio da Câmara Municipal. Correu muito bem este ano e eu queria agradecer isso ao Senhor Presidente da Câmara.*

*Aproveitando uso da palavra, quero falar de um ponto que vai ser discutido mais adiante, referente à conduta que vai trazer água do Carriço para Pombal, que vai atravessar a minha freguesia em sete ou oito quilómetros em estrada de asfalto danificando as mesmas. Eu queria pedir aos técnicos e à empresa responsável que arrandassem o mais rapidamente possível o piso e não arrastassem a reparação no tempo, como estão a fazer com outras obras, como põe exemplo:*

*Na ligação entre a Mata Mourisca e o Louriçal, na zona das Biqueiras, uma zona onde trabalha muita gente que passa lá todos os dias e em que as reparações da via principal nunca mais foram feitas, arrastando-se há mais de um ano. É com desgosto que eu vejo a mesma empresa a reparar estradas secundárias deixando a estrada principal para segundo plano.*

*Assim sendo, apelava para que, quando a conduta da água estiver terminada, os técnicos alertassem a empresa para a reparação das estradas.”*

**Joaquim Branco**, que usou a palavra para dizer o seguinte:

*“Querida dizer o seguinte:*

*A Segunda República marcou no Concelho um comércio corporativista, as farmácias, as ferragens, a panificação e também a resina. Nessa altura havia um Presidente do Concelho com mão de ferro, que não deixava entrar a água suja de um imperialismo americano.*

*Passados 38 anos, fizemos uma boa constituição rumo ao socialismo, contínua o corporativismo nas farmácias, veio o FMI dominando completamente os mercados, o mercado em Pombal é dominado por uma espécie de multinacionais que estão a destruir completamente o comércio local.*

*O pequeno e médio comerciante, neste momento, tem a ASAE a bater á porta diariamente para controlar se têm tudo em dia.*

*As estradas de Portugal cobram publicidades milionárias por meia dúzia de metros quadrados, junto a uma estrada nacional, e depois ainda dizem que não se pode ir para tribunal porque eles têm razão.*

*Como é que um empresário consegue sobreviver? O que consta da constituição é que a função do estado e de uma autarquia local é proteger os mais desprotegidos.*

*Penso que é uma atitude lamentável, por parte do Instituto das Estradas Nacionais e da ASAE e já começa a cheirar a PIDE, é tudo.”*

O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara**, que respondeu às interpelações que lhe foram dirigidas, como a seguir se transcreve:

*“Respondendo aqui ao senhor deputado Tiago Galvão, na política há muita demagogia e na oposição a nível nacional não se tem uma posição criativa, construtiva e eficaz, tem-se é uma posição que, por vezes, é injusta, deselegante e demagógica.*

*Referindo-me agora à educação, que é o primeiro investimento em que qualquer país deve apostar, porque atrás da educação vem a formação e, em termos de cidadania, vêm os procedimentos de responsabilidade no relacionamento com as pessoas, na complementaridade na esfera da ação de cada um, que possa contribuir para o desenvolvimento das suas terras e de Portugal.*

*Houve uma senhora deputada, que era membro de um Conselho Diretivo de uma Escola Secundária, que me responsabilizou, no meu primeiro mandato, dizendo que este Executivo estava a adquirir terrenos para construir a escola Gualdim Pais e que esta não era necessária, isto é fazer oposição por oposição, tentar arranjar pretextos para fazer sempre oposição. Essa escola está bem situada, funciona bem, está completa; construímos a nossa Escola Tecnológica e Profissional; ampliámos a nossa Escola Marquês de*



## MUNICÍPIO DE POMBAL

*Pombal; e também construímos novos Centros Escolares, em que o primeiro, o de Carnide, não foi participado.*

*Ainda bem que fizemos estas obras porque nenhuma está sem ser utilizada e isso comprova que soubemos perspetivar, a nível de educação, aquilo que era necessário.*

*Em relação aos pólos escolares que faltam, há terrenos adquiridos para depois podermos construir em Vermoil, Vila Cã e na Guia, portanto, se houver candidaturas, Senhor Deputado, nós construiremos esses Pólos Escolares.*

*Em relação ao Senhor Deputado Pedro Santos, quando se diz que a Junta não tem sido devidamente apoiada, recordo que nós construímos lá uma ETAR, avançámos em força com o saneamento, muitas estradas foram redimensionadas, muitas associações foram apoiadas, sempre que o Convento precisou de obras a Câmara esteve presente e está lá o Gimnodesportivo, num terreno adquirido pela Câmara.*

*Dizem que tenho que fazer duas estradas de acesso. A Junta não deu um passo para comprar esse terreno e como se isso não bastasse querem que fale com os proprietários para os convencer a construir para depois valorizar a vila.*

*Já comprámos terreno para fazer a casa mortuária e o alargamento da Igreja Matriz e avançámos agora com o processo de expropriação para fazermos a Avenida da Vila do Louriçal.*

*È preciso que haja complementaridade e que não haja inveja, mas que haja o sentido de bem fazer sem qualquer intenção.*

*Eu desafio este senhor, que é secretário e funcionário da Junta, a citar na próxima Assembleia Municipal e a trazer o empresário que deixou de investir no Louriçal por falta de terrenos.*

*Neste momento, e graças ao Senhor Manuel Marques que nos tem comunicado tal facto, já há outros empresários a querer instalarem-se, já dei diretivas à Divisão de Obras Publicas para arranjamem as infra-estruturas para se poder ocupar o espaço e puderem lá instalar-se todos os que vierem.*

*Dizer aqui que o presidente afasta investidores, dizerem que eu mando empresário do Louriçal para a Guia é pura mentira. Traga aqui, a esta Assembleia que é publica, esse homem, e ele que diga quem é que o afastou para a Guia, porque só se isso aconteceu há dez ou doze anos atrás, quando nós ainda não tínhamos adquirido aquele terreno.*

*O Convento do Louriçal está para ser arranjado porque foi uma obra mal fiscalizada e eu já disse às irmãs que a Câmara suportava os custos das obras, mas depois de sabermos que é o melhor preço e que há qualidade na construção, porque nenhuma Junta foi capaz de recuperar o que devia ser arranjado, teve que ser o Presidente da Câmara a falar e a pedir às pessoas que cedessem um metro de terreno para se poder construir.*

*Portanto meus caros amigos, haja ética profissional e politica. E as politicas têm que ser com verdade, com autenticidade, com competência e com trabalho e não com demagogia nem mentira porque isso fere a sensibilidade de quem procura ser imparcial, justo e não discriminar quem quer que seja.*

*Agora em relação a outra nota que me foi aqui apresentada, tirem as devidas ilações, eu vou ser comedido porque fujo do tribunal “como o diabo foge da cruz”, porquanto a justiça não funciona e eu sinto-me injustiçado.*

*Eu vou dirigir-me ao senhor Fernando Carolino que anda muito preocupado, como eu, porque quando nós confiamos numa pessoa durante tantos anos e não a substituímos, temos uma Inspeção da DGAL, das Finanças, do Tribunal de Contas que devolve o processo, e temos um Senhor Vereador cuja primeira preocupação é mandar uma informação destorcida para a comunicação social, não é com homens assim que tiramos o país da bancarrota.*

*Eu pergunto a este Senhor Deputado, se como profissional bancário e jurista, tinha a ousadia de entregar um cartão com código e pedir para pôr cruces, permitindo a essa pessoa ter acesso á conta sem alertar o titular da mesma?*



## MUNICÍPIO DE POMBAL

*Meus senhores, nós estamos bem financeiramente, pôr em causa a honestidade de quem trabalha e tem a consciência que nunca fez nada em prol de benefício próprio, é doloroso e fere o coração de qualquer ser humano.”*

Nesta altura o membro da Assembleia, **Fernando Carolino**, pediu a palavra para responder à pergunta formulada pelo Senhor Presidente da Câmara, o que fez como se segue:

*“Senhor Presidente, a questão que eu coloco para responder à sua pergunta é: cumpriram-se as normas internas de segurança relativamente a essa conta? Agora, Senhor Presidente, aquilo que eu lhe digo é: predisponho-me, se o Senhor assim o entender, quando quiser e onde quiser e pegarmos no contrato do banco para que eu lhe possa explicar aquilo que ando a tentar dizer desde o dia em que foi constatado o desfalque, porque eu nunca o acusei de nada.”*

Nesta altura o **Senhor Presidente da Assembleia** informou haver necessidade de apreciação de um aditamento à Ordem de Trabalhos, para inclusão dos seguintes pontos:

Ponto 2.22 - Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre Aquisição de serviços de seguros - Proc.º n.º 001/CPI/SA/12 - Autorização para assunção de compromisso para exercícios seguintes;

Ponto 2.23 - Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre Parque Fluvial do Açude (Relvamento e Rede de Rega) – Proc. n.º 28/2012 - Autorização para assunção de compromisso para exercícios seguintes;

Ponto 2.24 - Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre Educação ano letivo 2012/2013 - Autorização para assunção de compromisso para exercícios seguintes;

Ponto 2.25 - Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre Parcerias para a regeneração urbana - Construção do Centro de Negócios;

Ponto 2.26 - Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre Revisão aos documentos previsionais.

**Colocada a inclusão dos pontos acima a votação foi o aditamento aprovado por unanimidade, ficando a ordem de trabalhos como se transcreve:**

### **Ponto 1 - Período de antes da Ordem do Dia:**

**Ponto 1.1 – Leitura, discussão e votação da ata da sessão anterior;**

**Ponto 1.2 – Leitura / Resumo do expediente recebido e cumprimento de formalidades Legais;**

**Ponto 1.3 – Intervenções na generalidade;**

### **Ponto 2 - Período da Ordem do Dia:**

**Ponto 2.1 – Leitura e discussão da informação do Presidente da Câmara;**

**Ponto 2.2 – Designação de representante da Assembleia Municipal na Comissão de Protecção de Crianças e Jovens de Pombal;**

**Ponto 2.3 – Apresentação, discussão e votação na especialidade da Proposta de Revisão do Regimento da Assembleia Municipal;**

**Ponto 2.4 - Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre Fixação da taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis, relativa ao ano de 2012;**

**Ponto 2.5 - Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre Lançamento da Derrama a cobrar no ano 2013;**

**Ponto 2.6 - Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre Estabelecimento da Taxa Municipal de Direitos de Passagem a vigorar no ano de 2013;**

**Ponto 2.7 - Apreciação do Parecer do Auditor Externo relativo ao 1.º semestre de 2011;**



## MUNICÍPIO DE POMBAL

**Ponto 2.8 - Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre Autorização para assunção de compromissos relativamente a bens e serviços para exercícios seguintes;**  
**Ponto 2.9 - Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre Requalificação dos Espaços Públicos da Aldeia do Vale (Pavimentação / Calcetamento de Ruas) - Proc. n.º 25/2012 - Autorização para assunção de compromisso para exercícios seguintes;**

**Ponto 2.10 - Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre Construção da ETAR e Emissários de Pelariga / Almagreira (Construção da ETAR) - Proc. n.º 59/2011 - Autorização para assunção de compromisso para exercícios seguintes;**

**Ponto 2.11 - Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre Construção dos reservatórios e equipamento electromecânico nas Ranhas - Proc. n.º 03/2012 - Autorização para assunção de compromisso para exercícios seguintes;**

**Ponto 2.12 - Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre Construção da Conduta Adutora, Est. Elevatória e Reservatórios entre Caxaria e o Parque Industrial Manuel da Mota (Construção de Reservatórios) - Proc. n.º 24/2012 - Autorização para assunção de compromisso para exercícios seguintes;**

**Ponto 2.13 - Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre Construção do parque de viaturas e máquinas - Proc.º n.º 14/2012 – Autorização para efetivação da despesa;**

**Ponto 2.14 - Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre Garantia bancária no montante de € 37.081,00 a favor da E.P.- Estradas de Portugal - Autorização de assunção de compromisso para anos seguintes;**

**Ponto 2.15 - Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre Desafetação de caminho públicos sito no lugar de Boavista, freguesia de Redinha - Revogação da deliberação de 15 de maio de 2009;**

**Ponto 2.16 - Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre Desafetação de caminho público, sito na rua das Achadas Largas, freguesia de Meirinhas;**

**Ponto 2.17 - Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre Procedimento concursal comum para ocupação de dois postos de trabalho na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado da carreira/categoria de assistente operacional - área de pintura, para a secção de mobilidade, transito e manutenção urbana-ref.C previstos e não ocupados no mapa de pessoal;**

**Ponto 2.18 - Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre Procedimento concursal comum para ocupação de um posto de trabalho na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo determinado (a termo certo), da carreira/categoria de técnico superior - área de engenharia florestal, para a divisão de urbanismo e planeamento, previsto e não ocupado no mapa de pessoal;**

**Ponto 2.19 - Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre Procedimento concursal comum para ocupação de um posto de trabalho na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado da carreira/categoria de técnico superior (veterinário municipal, para a unidade veterinária, mercados e feiras – ref.ª B ) previsto e não ocupado no mapa de pessoal;**

**Ponto 2.20 - Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre Projeto de Regulamento do Conselho Municipal da Juventude;**

**Ponto 2.21 - Agregação de Freguesias – Pronúncia da Assembleia.**



## MUNICÍPIO DE POMBAL

**Ponto 2.22 - Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre Aquisição de serviços de seguros - Proc.º n.º 001/CPI/SA/12 - Autorização para assunção de compromisso para exercícios seguintes;**

**Ponto 2.23 - Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre Parque Fluvial do Açude (Relvamento e Rede de Rega) – Proc. n.º 28/2012 - Autorização para assunção de compromisso para exercícios seguintes;**

**Ponto 2.24 - Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre Educação ano letivo 2012/2013 - Autorização para assunção de compromisso para exercícios seguintes;**

**Ponto 2.25 - Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre Parcerias para a regeneração urbana - Construção do Centro de Negócios;**

**Ponto 2.26 - Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre Revisão aos documentos previsionais.**

**De seguida propôs que a discussão dos pontos 2.8 a 2.14 e dos pontos 2.22 a 2.25 fosse feita em bloco devendo a votação dos mesmos ser individual, tendo a proposta sido aprovada por unanimidade.**

### *Ponto 2.1 – Leitura e discussão da informação do Presidente da Câmara.*

O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara** que apresentou o documento, colocando-se à disposição dos membros da Assembleia para qualquer esclarecimento.

Colocada a informação do Presidente da Câmara a discussão inscreveu-se:

**Odete Alves**, cuja intervenção se segue:

*“Depois de analisar a informação do Senhor Presidente, quero concentrar-me aqui num ponto, que é a Revisão do PDM de Pombal.*

*Eu recordo-me que o Senhor Presidente disse que esta nova Revisão do PDM, foi retirada há PROGITAPE e foi atribuída a um outro grupo de técnicos, que estaria pronta até setembro de 2012. Estamos em finais de setembro e não há qualquer informação sobre a conclusão deste trabalho. Consta apenas que está em desenvolvimento a terceira fase de processo de Revisão do Plano e, portanto, o que eu pergunto ao Senhor Presidente é:*

- Qual a razão da ultrapassagem deste prazo?*
- Se, de facto, ainda faltam muitas fases?*
- A que é que corresponde exatamente esta terceira fase do processo de revisão? e,*
- Ainda irá conseguir concluir esta Revisão no seu mandato, ou esta promessa, que tem sido reiterada ao longo de todos os processos autárquicos fará parte do rol das muitas promessas não cumpridas?”*

Nesta altura o Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara**, que respondeu como se segue:

*“É natural que se tivesse como objetivo ultimar o PDM em 2012, mas infelizmente a equipa que criámos e que tem trabalhado muito bem, com profissionalismo e conhecimento, tem enfrentado várias alterações legislativas que atrasaram a conclusão do PDM. Hoje estamos aqui a analisar a proposta prévia do Plano e tudo indica que poderá ser aprovado, se não houver nenhum contratempo, em setembro de 2013, nesta Assembleia.*



## MUNICÍPIO DE POMBAL

*Aliás, eu até já estive a falar com a Ministra da Agricultura, no âmbito da AMLEI, e pedi-lhe para ela não permitir que um Plano de Urbanização, um Plano de Pormenor, um Plano Diretor Municipal, leve tanto tempo a elaborar e que os procedimentos administrativos sejam simplificados.”*

### ***Ponto 2.2 – Designação de representante da Assembleia Municipal na Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Pombal.***

Nesta altura deu entrada na Mesa uma proposta da bancada do PSD relativamente á designação de representante da Assembleia Municipal na Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Pombal, propondo como representante o deputado Pedro Francisco Pires Brilhante.

**Colocado este ponto a discussão não se verificou qualquer inscrição, tendo a proposta sido aprovada por maioria, com um voto contra e cinco votos em branco.**

### ***Ponto 2.3 – Apresentação, discussão e votação na especialidade da Proposta de Revisão do Regimento da Assembleia Municipal.***

O Senhor Presidente da Assembleia colocou a Proposta de Revisão do Regimento da Assembleia Municipal à discussão, na especialidade, tendo-se inscrito os seguintes membros:

**Odete Alves**, que disse o seguinte:

*“A proposta de regimento que nos foi enviada é, sem dúvida, o resultado de um imenso trabalho que foi feito principalmente pelo seu redator que é o Senhor Jorge Cordeiro.*

*Podemos dizer que podiam ser feitas aqui algumas alterações, que a redação não está perfeita. É sem dúvida, melhor que a que tínhamos antes, mas ainda assim, depois de analisar a proposta encontrei algumas dúvidas que importava esclarecermos hoje e, até, sugerir que haja algumas alterações em alguns artigos deste Regimento que passo então a discriminar, por artigo para ser mais fácil:*

*Começando pelo art.º 21.º, n.º4, quando diz: “ cabe ao grupo municipal a que pertence o membro substituído assegurar...” eu tenho algumas dúvidas em considerar grupo municipal, porque grupo municipal tal como está definido aqui no Regimento no art.º 4.º, é uma coisa diferente daquela que eu penso que é o espírito deste artigo, porque no art.º4, grupos municipais é a possibilidade que os membros eleitos têm de se associar para efeitos de constituírem grupos municipais, portanto isto são coisas diferentes da que tenho aqui, hoje.*

*Eu proponho, em vez de grupo municipal, que se altere e se acrescente o seguinte: “cabe ao partido, coligação de partidos, grupo de cidadãos eleitores, a que pertence o membro substituído...” acho que assim seria mais rigoroso e não iria suscitar a questão se isto só servia para os grupos municipais, porque neste momento nós não temos aqui nenhum grupo municipal constituído e portanto isto não serviria para o que temos agora.*

*No art.º 22.º n.º3, há um dispositivo específico para os Senhores Presidentes de Junta, que diz que os Presidentes de Junta são substituídos, em caso de justo impedimento, por substituto legal por ele designado. Eu sei que está na lei e que está correto assim, agora creio que também se devia acrescentar neste ponto n.º3 que neste caso o Presidente também dê cumprimento ao disposto do n.º 4 do art.º 21.º, ou seja, que ele próprio assegure e faça chegar à pessoa que irá nomear, toda a documentação relativa á sessão.*

*Depois, no art.º 26.º, na epígrafe, consta “direito” quando deve constar “direitos” e no n.º 2 deste mesmo artigo onde diz “requerimento” deve constar “Regimento”.*



## MUNICÍPIO DE POMBAL

*No art.º 29.º, n.º 1, por uma questão de coerência daquilo que está no art.º 7.º, em relação à convocação das Assembleias, acho que em vez de constar “com oito dias de antecedência”, deve constar “com oito dias seguidos de antecedência”. No n.º 2 do mesmo artigo onde consta que “contará ainda de edital”, deve ser “constará ainda de edital”.*

*Depois, no art.º 30.º, n.º 2, por força daquilo que eu já tinha estado a dizer a propósito do art.º 21.º, n.º 4, acho que se deve eliminar a questão dos grupos municipais e substituir-se por outra redação, dizendo-se apenas que os tempos serão distribuídos de acordo com o anexo A.*

*No art.º 38.º, n.º 4, não conseguimos perceber o sentido deste número, eu proponho a sua eliminação.*

*No art.º 40.º, acho que se deve acrescentar um número entre o 4 e o 5. E qual é o ponto que eu proponho que se acrescente: “as declarações de voto, quer escritas quer orais, são sempre reduzidas a escrito na íntegra, na ata da sessão que lhe corresponda.”, porque não consta no Regimento qualquer obrigatoriedade em relação às declarações de voto.*

*No que diz respeito ao art.º 43.º, quando se menciona discussão e votação de textos e diz que: nenhum texto apresentado por membros da Assembleia ou pela Câmara Municipal, agendado na ordem de trabalhos, será discutido sem que o mesmo tenha sido distribuído...” a dúvida que se mantém é se isso se aplica a qualquer texto, já que o n.º 2 pode levantar algumas dificuldades porque determina que a discussão deste tais textos compreende dois debates, um na generalidade e outro na especialidade.*

*Eu acho que podíamos acrescentar um artigo com alguma ressalva, para depois podermos aplicá-lo em todas as situações.*

*No art.º 45.º n.º 1, deve também acrescentar-se que as declarações de voto, quer escritas quer orais, devem constar na ata, e, finalmente, no art.º 50.º, n.º 6 onde diz: “o residente da Assembleia” eu imagino que seja “o Presidente da Assembleia”.*

*Penso que o Regimento está em condições de ser aprovado, mas gostaria que estas propostas fossem tidas em conta.”*

**Jorge Cordeiro**, que fez a seguinte intervenção:

*“Agradeço imenso as palavras da Dra. Odete Alves, mas os louros não são meus, são de todos os que deram o seu contributo.*

*Eu quero dizer, com todo o respeito e admiração, que a Senhora chegou atrasada seis meses, porque nós, em sede grupo de trabalho, tivemos a oportunidade de discutir isto, cada um deu as suas sugestões, estas questões foram alvo de análise e não houve, nessas reuniões, sugestões nesse sentido. As sugestões que hoje foram aqui apresentadas teriam poupado muito tempo ao grupo de trabalho.*

*É óbvio que mais vale tarde que nunca, concordo que haja questões que devem ser levadas em conta, mas, de facto, há naturalmente uma sede própria e essas sugestões deviam ter sido feitas antes.*

*Eu recordo-me que na última reunião para a qual fomos todos convocados para fazermos uma reanálise, ponto por ponto, destes temas, eu fui o único elemento que estive presente. Portanto, eu devo dizer isto, e peço desculpa da minha sinceridade, mas eu não viria para uma reunião da Assembleia apontar as correções que deveria ter apresentado em sede grupo de trabalho, ou então votava contra.*

*Por outro lado, eu vou aqui apenas reiterar aquilo que disse na última Assembleia, relativamente aos pontos que achámos por bem serem alvo de uma análise e que foram a inclusão das novas tecnologias, a definição clara sobre o período de antes da ordem do dia, para que isso tornasse a vida mais fácil aos elementos da Mesa e criasse mais responsabilidades a cada deputado, bem como a questão da ausência inferior a trinta dias e do tempo dedicado à intervenção do público. Acredito que, se daqui um ano, trabalhássemos 24 horas por dia neste Regimento, ainda seria possível melhorá-lo, portanto, considero que houve um tempo e um espaço próprios para estas alterações.”*

**João Coucelo**, que fez a intervenção seguinte:



## MUNICÍPIO DE POMBAL

*“Eu concordo com a proposta da Dra. Odete de alteração do ponto 4 do art.º 21.º, também tinha anotado os direitos dos membros da assembleia.*

*No art.º 26.º n.º 1, alínea h) acho que o “a solicitar” não vale a pena e que deve constar apenas “solicitar”.*

*Queria recordar que, no art.º 38.º, esclarecimento e explicações, o n.º 4 também é, com certeza, das intervenções na generalidade e, portanto, retira-se como já foi sugerido.*

*O art.º 40.º, a menção que a Dra. Odete faz á declaração de voto constar em ata, acho que deve constar só de um artigo, que não é necessário constar neste e depois na parte das atas, a partir do momento em que se diz que deve constar se for solicitado pela pessoa que faz a declaração de voto, porque eu posso fazer uma declaração de voto e entender que não vale a pena constar em ata, portanto basta dizer que a declaração de voto deve constar em ata para se entenderem melhor, generalizando que cada declaração de voto deve constar em ata.*

*Genericamente são estas alterações na especialidade que eu penso que serão consensuais.”*

**Fernando Carolino**, cuja intervenção se segue:

*“Meu caro Jorge Cordeiro, não é bonito, não é elegante e não é simpático aquilo que acabaste de fazer aqui, no entanto só a ti te fica atitude.*

*Senhor presidente, da leitura que foi feita por mim, relativamente a este projeto, aponto o art.º 7.º onde, na minha humilde opinião, para além do título que diz “sessões ordinárias” deveria de estar inscrito “sessões ordinárias e reuniões”. Passo a explicar porquê: a conjugação do art.º 7.º, com o art.º 13.º e com o art.º 24º do mesmo Regimento, a certa altura lê-se “reuniões” e essas não estão contempladas nessa situação.*

*No art.º 13.º desta proposta, apresentamos a situação que “Cabe ao Presidente da Assembleia Municipal”, na alínea c, “abrir os trabalhos das sessões e das reuniões”, ora essas reuniões não estão mencionadas anteriormente, não se pressupõem que elas existam mas se estão aqui colocadas devem efetivamente surgir como título.*

*No n.º 2 desse mesmo artigo, aparece que “Compete ainda ao presidente da Assembleia Municipal autorizar a realização de despesas orçamentadas relativamente a senhas de presença”, senhas de presenças essas que se devem mencionar se são de sessões, reuniões ou comissões ou aquelas que advêm da lei.*

*No art.º 24, temos as tais reuniões novamente a surgir mas sem ter um complemento anterior. Na alínea a) do número 1 e na alínea c) desse mesmo número vem dizer que “após a eleição se inscrevam em partido ou grupo de cidadãos diverso daquele pelo qual foram apresentados em sufrágio eleitoral”.*

*Ora, deduzo da leitura deste Regimento, que é tido em consideração que, para além dos partidos e dos eleitos pelos partidos, também pode existir a situação do grupo de cidadãos, ora esse grupo de cidadãos não se constitui como um partido, constitui-se eventualmente como independentes. Se esses independentes ao longo da legislatura, ou do tempo de funções da Assembleia Municipal, se inscreverem num partido, passam a representar aquele partido sem o direito desse partido estar representado ali.*

*Dou um exemplo: Eu, eleito independentemente no grupo de cidadãos, aderi ao Bloco de Esquerda e agora o BE está aqui representado sem que para tenha legitimidade isso. Assim, deverá constar do regimento que o grupo de cidadãos possa também ser contemplado para essa vertente. Porque se assim não for, esse elemento não pode perder o mandato, por não constar do Regimento essa situação.*

*Continuando, no art.º 26.º, nos direitos dos membros da Assembleia, fala-se no “uso de cartão especial de identificação...”. As duas questões que eu aqui coloco são: Como é que se pede esse cartão e quem é que o vai emitir?*



## MUNICÍPIO DE POMBAL

*Prosseguindo, no art.º 27.º fala-se que são deveres dos membros da Assembleia comparecer às reuniões e às comissões, aqui também deverá ser um dever comparecer às sessões que anteriormente foram mencionadas.*

*Finalmente, no art.º 28.º o título poderá constituir-se como “Local de sessões, reuniões e comissões”, porque quer o seu n.º 1 quer o n.º 5 faz menção dessa situação. O n.º 6 é conjugado com uma situação que vem no art.º 29.º n.º 2, em que se diz que as sessões da Assembleia Municipal são públicas, sendo-lhe dada publicidade no sítio oficial da Câmara de Pombal e num órgão de comunicação social, mas neste artigo vem a dizer “a convocatória que deverá anunciar a ordem de trabalhos constará ainda de edital afixado na sede dos Paços do Concelho e nos lugares de estilo e será publicado, no sítio da Câmara Municipal, plataforma electrónica da Assembleia Municipal, ou...” ora, das duas uma, ou colocamos o “e” num lado e outro, ou colocamos o “ou” num lado e outro. É a minha leitura dessa situação.*

*Finalmente, dar aqui uma achega a algo que, honestamente, não me parece muito bonito que se tenha aqui colocado. Eu recebi esta proposta, e qual não é o meu espanto quando no final deste texto datado a 27 de setembro de 2012 vem que “este Regimento foi aprovado na generalidade na sessão ordinária realizada a 29 de junho e na especialidade, na sessão celebrada em 27 de setembro do mesmo ano.” ora meu caro senhor eu ainda não votei rigorosamente nada, eu não posso ter um texto de trabalho e um parágrafo destes, eventualmente foi para efetivar tempo, mas na realidade este projeto não está aprovado.*

*Uma nota final, umas vezes aparece Assembleia Municipal de letra maiúscula, outras vezes aparece com letra minúscula, talvez fazemos aqui numa revisão final de leitura para colocar tudo numa só grafia.*

*Concluindo, quero dar os parabéns ao grupo de trabalho que nos trouxe aqui um trabalho duradouro, obrigado.”*

**Jorge cordeiro**, pediu novamente a palavra para citar o seguinte:

*“Quero só referir aquilo que o Fernando Carolino agora mencionou, de já vir aqui escrito que o Regimento está aprovado na especialidade e isso, de facto, não é verdade.*

*Mas sobre o que é bonito ou não é bonito de se fazer, eu acho que o que não é bonito é as pessoas deixarem dizer aquilo que pensam e, portanto, sem qualquer tipo de ofensa ou desconsideração, eu disse apenas o que pensava e aquilo que entendo ser o funcionamento de um grupo de trabalho que deve ser solidário até às últimas consequências e portanto, sobre o que é bonito ou não, teríamos muito que conversar, nada disto é pessoal.*

*Espero que este trabalho possa servir por muitos anos e possa contribuir para a dignidade que esta casa merece, muito obrigado.”*

**Odete Alves**, usou novamente a palavra para dizer o seguinte:

*“Gostaria de deixar alguns esclarecimentos porque parece-me que o Senhor Jorge Cordeiro politizou as minhas palavras e, portanto, a minha intenção não era essa.*

*Eu, de facto fui convocada para essa reunião, logo o avisei do meu impedimento sugerindo uma nova data á qual não obtive qualquer resposta. Portanto, considero que cumpri com aquilo a que estava obrigada, não tive outra oportunidade a não ser de, hoje, aqui, fazer chegar os meus contributos para esta revisão.*

*A verdade é que este ponto está aqui para discussão e votação na nossa Assembleia, o que significa que qualquer um de nós podia apresentar os seus contributos porque, certamente, esta versão apresentada não seria a versão definitiva. Além disso, muitas das achegas que eu aqui dei, constavam da ata da última Assembleia Municipal e, por acaso, não foram tidas em conta nesta nova redação, obrigado.”*

**João Coucelo**, que fez a intervenção seguinte:



## MUNICÍPIO DE POMBAL

*“Eu estava aqui a tomar notas das alterações que foram propostas, eu só não consegui perceber muito bem a alteração que o Fernando falou em relação às sessões e reuniões. Qual é a alteração para fazer aqui?”*

*Depois, queria dizer que das propostas que foram feitas aqui, quer no art.º 38.º, 40.º, 21.º, etc., acolhem muito bem, mas não podemos esquecer que está nos direitos dos membros da Assembleia Municipal propor, em qualquer momento, alterações ao Regimento. Portanto, se alguma afinação tiver que ser feita, essas propostas podem ser feitas no decurso dos trabalhos da Assembleia Municipal.*

*Para mim, o mais importante deste Regimento, para além destas propostas, é se há alguma desconformidade com aquilo que é a legislação, portanto, como ele está em condições de o conformar á legislação atual, penso que tem condições de ser aprovado, também na especialidade, com estas propostas de alteração.”*

**Guilherme Domingues**, cuja intervenção se segue:

*“Senhor Presidente, apenas dois pontos.*

*O Senhor Presidente da Assembleia Municipal tinha, a título pessoal, pedido a minha colaboração neste tema, não me foi possível dar-lhe a colaboração que solicitou. É um facto que eu, na Assembleia Municipal em que este assunto foi debatido, tinha suscitado a questão no art.º 43.º e continuo a achar que esse é o maior problema deste Regimento.*

*Todas as outras questões que foram aqui colocadas, parece-me que são questões de terminologia, nalguns casos erros de escrita que facilmente se resolvem, sem mais discussões.*

*Enquanto o Regimento não fizer a distinção clara entre aquilo que são documentos que podem ser discutidos na especialidade e aqueles que não o podem ser, e efetivamente uma proposta de orçamento da Câmara Municipal não me parece que possa ser objeto de discussão na especialidade, em sede de Assembleia Municipal, assim como muitos outros documentos.*

*No entanto, o que me parece é que o grupo de trabalho fez um trabalho profundo durante este tempo, que deve ser validado hoje e, efetivamente, se alterações houverem que não decorram daquilo que fique discutido hoje, devem sê-lo futuramente. Não adianta eternizar este debate aqui na especialidade, muito obrigado.”*

**Joaquim Branco**, que usou a palavra para dizer o seguinte:

*“Eu não intervim na sessão anterior, na discussão na generalidade onde eu me opus, entendia que não havia condições para ir para a especialidade.*

*Fica mal a uma comissão que faz uma álgebra das letras e que vem para aqui discutir a especialidade, divergências.*

*Meus amigos nós não estamos aqui com um texto de literatura, nem filosofia, nem antropologia, isto é uma lei. Acho que não se devia discutir aqui pormenores, acho que um deputado devia de ter um texto definitivo quando vai a votação, porque vamos votar e não sabemos o que é que vai constar, porque houve correções.*

*A minha dúvida agora é no anexo A, o anexo A faz parte integrante do Regimento, ou não faz? Vai ser revisto sempre que vier nova legislatura, ou vamos andar aqui, de quatro em quatro anos, a alterar sempre o anexo A? Gostava de ser esclarecido.”*

**André Coelho**, usou a palavra para dizer o seguinte:

*“Com todo o respeito pela discussão que está a ser feita, tenho alguma dificuldade em acompanhar a dinâmica absoluta de tudo o que está aqui a ser discutido. De qualquer forma, parece-me que nós temos um documento para aprovar, é desejável que assim seja.*

*A minha proposta era de nós votarmos o documento tal e qual ele está redigido neste momento, com exceção dos erros ortográficos e as alterações poderem ser acrescentadas, já ao abrigo deste Regimento, em futuras reuniões, com trocas de argumentos prévias, dentro do grupo de trabalho, com o*



## MUNICÍPIO DE POMBAL

*conhecimento de V. Ex.<sup>a</sup> e, portanto, acho que é uma base de trabalho excelente que nós teremos aqui aprovada hoje, com revisões já na próxima sessão da Assembleia Municipal, portanto penso que podemos passar à votação rapidamente.”*

**João Coucelo**, citou o seguinte:

*“Eu queria só responder ao Dr. Joaquim Branco relativamente ao anexo A. Como está escrito no anexo A - 2009/2013. Ora, no próprio Regimento, deveria haver alguma menção a que os tempos das intervenções serão distribuídos proporcionalmente às representações das bancadas e, portanto, isso poderá ser afinado em termos de proposta de Regimento.*

*Quanto ao que o André Coelho disse eu estou de acordo, tenho aqui a lista das propostas de correção da parte ortográfica e das intervenções que foram feitas agora, portanto, acho que temos condições para alterar já, á excepção do art.º40.”*

**Joaquim Branco**, que usou a palavra para dizer o seguinte:

*“Senhor Presidente eu acho que não está um texto definitivo, há alterações que não são meramente ortográficas, eu entendo que era de suspender e se a comissão entendesse trouxesse aqui, a nós deputados, um texto definitivo onde não houvesse discussão entre a própria comissão que fez o texto.”*

**Rodrigues Marques**, cuja intervenção se segue:

*“Senhor Presidente faço um requerimento à Mesa para passar à votação imediata.”*

**André Coelho**, que fez a intervenção seguinte:

*“Eu só estou à espera de perceber, em relação á minha proposta, se nós vamos avançar para uma votação sobre este documento sem alterações, apenas as ortográficas, ou se são as alterações que estão aqui avançadas por membros do grupo de trabalho e foram requeridas.”*

**Anezio Gonçalves**, cuja intervenção se segue:

*“Senhor Presidente, com o devido respeito para com o grupo de trabalho, que trabalhou muito, a verdade é que não apresentou aqui um texto definitivo.*

*Não estou apresentar defeitos mas acho que deve ser apresentado ao plenário um texto definitivo sem termos de problemas com ortografia, e, na sequência desta minha conclusão, acho que se deve retirar este ponto da ordem de trabalhos e que seja incluído numa outra Assembleia para, com um texto definitivo, ser aprovado.”*

**João Coucelo**, que referiu o seguinte:

*“Eu pergunto, se é uma discussão na especialidade, ela foi gerada por uma aprovação na generalidade de um anterior texto e houve várias propostas para que determinados artigos fossem melhorados, o que nós fizemos aqui foi aceitar as propostas.*

*Agora, se as pessoas não entenderam o que se estava aqui a discutir, eu pergunto o que é que estivemos aqui a fazer? Por isso é que eu concordo que votemos as coisas como estão, penso que temos condições para votar.”*

**André Coelho**, que fez a intervenção abaixo:

*“Senhor Presidente do que eu sinto falta, enquanto pessoa que não participou na elaboração deste documento e não percebe, na totalidade, as questões que foram aqui colocadas, é de um documento escrito, mas isto vai materializar-se onde? Nós vamos votar o quê? Eu ainda não tenho o conjunto das propostas avançadas hoje, portanto eu ainda não tenho nada em que me posso basear. A discussão é válida, o trabalho é positivo, agora votar nada, isso não posso fazer.”*

**Jorge cordeiro**, pediu a palavra para citar o seguinte:

*“Eu acho que salvaguardando toda a parte ortográfica, este documento deve ser votado hoje porque foi este o trabalho que o grupo de trabalho entendeu apresentar. O documento, inclusive, está aprovado da generalidade, portanto, acho que não devemos avançar isto para outra Assembleia.”*

**Guilherme Domingues**, cuja intervenção se segue:



## MUNICÍPIO DE POMBAL

*“Isto é daqueles exemplos de textos que podem ser submetidos à discussão na especialidade e estamos a fazer isso mesmo. É o documento que já foi aprovado, embora não esteja aprovado na especialidade, mas tem já regras relativamente à aprovação na especialidade e, portanto, uma das regras é que o documento seja objecto de alteração e parece-me que houve alguns desses momentos. Agora, das duas uma, ou fazemos isso artigo a artigo ou de uma forma global.*

*Eu pessoalmente acho que estão reunidos todos os contributos e propostas para que o documento tenha alguma uniformidade e que seja submetido a votação.”*

**Colocado este ponto á votação foi o mesmo aprovado por maioria, com dois votos contra e uma abstenção.**

**André Coelho** pediu a palavra para fazer a seguinte declaração de voto:

*“Queria só esclarecer que o meu voto positivo, é a favor do trabalho que foi feito, sem detrimento de alguma correção futura.”*

### ***Ponto 2.4 - Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre Fixação da taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis, relativa ao ano de 2012.***

O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara** que apresentou o documento colocando-se à disposição dos membros da Assembleia para qualquer esclarecimento que entendam pertinente:

Colocado este assunto a discussão, inscreveram-se os seguintes membros:

**André coelho**, que referiu o seguinte:

*“Agradeço a oportunidade para defender a proposta do Partido Socialista já apresentada na reunião de Câmara e reiterada hoje na Assembleia Municipal.*

*Na verdade já tivemos uma discussão, noutras sessões da Assembleia Municipal, sobre o sentido de voto a ter quando o sentido da fixação da taxa é comum às duas bancadas. Quando há uma descida, se nós votarmos contra, pode ser entendido como estarmos contra essa descida, naturalmente não estamos contra a descida da taxa do IMI, nós estamos é contra o valor apresentado por entendermos que peca por defeito, por entendermos que podia ser mais ambicioso.*

*Na verdade estamos contra é não se baixar para a taxa mínima, porque entendemos que há motivo para o fazer e começava por me centrar nesta questão da taxa mínima.*

*Nós vivemos uma crise económica fortíssima. Em relação à crise, o Senhor Primeiro Ministro, responsável e preocupado pelas contas do país, pediu esforços de contenção a todos e esse será o primeiro principio que deve presidir a tomada de decisão de fixação de uma taxa, de que os esforços devem ser repartidos por todos e, naturalmente, também deve envolver as instituições como a Câmara Municipal de Pombal.*

*Não me quero alongar sobre a reação das pessoas perante a dificuldade de pagar um imposto municipal elevado, dificuldade económica que se reflete no desemprego, na emigração e, infelizmente, este ano temos o agravamento do valor a pagar por conta do IMI, por um processo que está a decorrer e que é a reavaliação de imóveis.*

*Tivemos a oportunidade de ler a discussão tida na Câmara Municipal, nomeadamente a explicação prestada pelos Senhores Vereadores, onde explicavam que nem todos os prédios vão ser reavaliadas até ao fim do ano, no entanto isso levanta já uma pergunta: Com que critério é que podemos dizer quais são as primeiras propriedades a serem avaliadas? E que não tenhamos dúvidas de que as avaliações deste ano já terão alguma consequência no pagamento do IMI. A quem for avaliado este ano, a cobrança vai ser feita pelo valor da reavaliação, infelizmente, alguns já terão que pagar mais, para o ano serão os*



## MUNICÍPIO DE POMBAL

*restantes, mas com um ano de faseamento. Ainda temos a agravamento desta situação causado pelo zonamento errado que, por si só, já é uma situação difícil, e aí a Câmara teria a necessidade de se associar ao esforço das famílias e não só, dando um sinal, e esse sinal é que é possível baixar para a taxa mínima. Que motivo existe? Um motivo mais que financeiro, mais que económico, é um motivo moral e ético.*

*A segunda pergunta que nós fizemos era se era possível baixar para a taxa mínima. Na nossa opinião era possível, a consequência de baixar seria uma baixa de duas centésimas percentuais No total da receita que a Câmara não arrecadaria, estaríamos a falar de cerca de 400 ou 300 mil euros. É possível que a Câmara consiga aguentar essa redução das receitas? Nós entendemos que sim.*

*A nossa abstenção, na votação do Orçamento, foi um sinal de solidariedade para com a gestão da Câmara, que permite ainda essa folga financeira e que poderá ser acompanhada por alguma redução na despesa.*

*Já este ano temos uma redução na despesa imposta por cortes nos subsídios, espero que isso tenha uma variação significativa nas despesas da Câmara, porque senão o esforço que todos os funcionários públicos andam a fazer não faria sentido.*

*Também temos que definir prioridades, não foi entendido pelo Senhor Presidente da Câmara e pelo seu Executivo que esta seria uma prioridade, desonerar os impostos municipais e por consequência temos os pombalenses a pagar aquilo que podia ser arrecadado dentro da própria Câmara Municipal.*

*Depois temos o aumento previsto do IRS. O aumento previsto do IRS é só previsto porque ainda não sabemos qual a consequência do concelho de estado e das decisões tomadas pelo Primeiro Ministro e pelo Ministro das Finanças quanto ao próximo Orçamento de Estado, mas o que se prevê é que vai haver um aumento da receita arrecadada do IRS e, por consequência, um aumento da receita que a Câmara receberá pela participação que tem nesse imposto.*

*Portanto, 300, 400 ou 500 mil euros que seja, seria bem possível encontrar dentro das contas da Câmara, assim fosse essa opção, mas não é. A Câmara decidiu que o continuo investimento que tem feito nas obras de interesse ou prioridades questionáveis, terá que ser continuamente pago pelos Pombalenses.*

*Só para ter uma noção, nos impostos diretos, desde 2005, a Câmara arrecadou, por ano, mais de três milhões de euros e em IMI mais de um milhão e meio de euros e nós entendemos que deve ser o valor mínimo e que este é o único sinal de solidariedade para com as famílias e empresas pombalenses, em dificuldade.”*

**João Coucelo**, que usou da palavra nos termos seguintes:

*“Os impostos atingem valores impressionantes e prejudicam a vida de muitas famílias, mas quem paga impostos, normalmente, é quem está empregado e tem património e, no país em que vivemos, ainda se pode dar a essa felicidade de ter trabalho e ter rendimentos.*

*Pior são os desempregados, pior são as pessoas com dificuldades e que têm necessidade de apoio social, porque o dinheiro da Câmara não vai só para fazer estádios de futebol, fala-se dos apoios a centros de saúde, dos apoios aos lares, etc., e portanto, a Câmara precisa de ter dinheiro para muita coisa.*

*Quando se está a falar da taxação do património, se olharem para as projeções verificam que a Câmara vai receber, até porque infelizmente aquilo que era um indicador da atividade económica que tinha a ver com o IMT e com a própria Derrama, baixa, e o volume de impostos cobrados vai ser muito menor.*

*É evidente que quando for feita a atualização dos valores patrimoniais para efeitos de IMI, todos nós vamos sofrer com essa medida. Alguns justamente, porque o património estava subavaliado há muitos anos, outros injustamente porque, ou fruto do zonamento ou por avaliações menos bem feitas, vai haver uma diferença muito grande entre os valores patrimoniais atuais e os valores que vão ser aprovados, mas também sabemos que há aqui fatores de moderação.*

*O que eu posso dizer é que contrariado, mas voto.”*



## MUNICÍPIO DE POMBAL

**Pedro Brilhante**, cuja intervenção se transcreve:

*“Relativamente ao ponto em discussão, nós, na JSD, acreditamos ser altura de congratular este executivo pela medida aplicada. Numa altura em que todos os impostos sobem e que os tempos são cada vez mais difíceis para todos, é de louvar a atitude e a coragem de fazer descer a taxa de IMI. O limite legal anteriormente colocado em 0,2 % aumentou agora para 0,3%, facto que enaltece ainda mais esta descida levada a cabo pelo executivo, colando a taxa cobrada agora pela autarquia, no mínimo legal permitido. Bem sabemos na JSD, que a reavaliação geral de imóveis está em curso e é expectável o aumento da receita referente a este imposto específico para o próximo ano, mas na altura em que estamos e sem dados concretos para quando será o aumento, a JSD considera que esta é uma medida prudente não subcarregando ainda mais as populações mas, por não sabermos o que aí vem, é necessário ter alguma cautela.*

*Acreditamos que este tipo de política, beneficiará em muito a possibilidade de investimento do Concelho mas sobretudo beneficiará a fixação da população jovem e portanto o futuro do nosso Concelho.*

*Senhor Presidente, este é um tema que muito nos preocupa na JSD, louvamos o seu empenho mas sobretudo a implementação das medidas de facto, deixando a promessa de, a curto prazo, apresentarmos um leque de propostas sobre a fixação dos jovens no nosso Concelho e o incentivo á natalidade.”*

**Guilherme Gameiro**, que usou da palavra como se segue:

*“A minha intervenção vem na sequência das intervenções que ciclicamente, ou seja, durante os outros anos, faço relativamente a esta matéria. Neste caso, para saudar de facto a decisão tomada pelo executivo Municipal de reduzir a taxa a aplicar. A redução para 0,345 é uma redução significativa, considerando o valor que era cobrado anteriormente, no entanto, neste contexto continua a ser escasso.*

*Efetivamente, compreendo esta cautela na redução da taxa e compreendo que o Executivo não tenha optado por reduzir para 0,3%. De facto, há sempre variáveis que, por parte do Executivo, não são completamente alcançáveis, neste momento, e entendo perfeitamente que se justifique esta margem de manobra, no entanto, entendo que o problema esteve nos dois anos em que o Município não baixou a taxa do IMI. Verificou-se que se traduziu num aumento da receita que poderia, de facto, ter sido menor, e ter havido uma redução gradual desta taxa e hoje estarmos aqui a reduzir não para 3,45 mas para 3,25, por exemplo, e para o ano vemos se podíamos manter os três. Efetivamente, acho que o Município deve caminhar para o limite mínimo logo que possível, é obvio que esse limite será, seguramente, o próximo ano.*

*O aumento das avaliações, o encargo em que se traduz, neste momento, para os proprietários, para as famílias do concelho de Pombal o Imposto Municipal, é extremamente elevado.*

*Há famílias que não têm condições para fazer o pagamento deste imposto e seguramente, o Município tem noção das situações de incumprimento que existem já no pagamento deste imposto e, efetivamente, o Município vai ter que dar também esse sinal, de uma forma ainda mais significativa ás pessoas, o que acontecerá no próximo ano, assim espero.*

*Votarei favoravelmente este ano porque esta redução é uma redução razoável, não sendo no entanto, aquela que eu gostaria de ver aqui concretizada hoje.”*

**Joaquim Branco**, que usou da palavra como se segue:

*“Os impostos sobem exponencialmente. Quem é proprietário vê-o, e eu contei mais de cinquenta taxas. Vejam a que está sujeito quem tem água, vejam o que vem impresso em taxas, quem tem conta da electricidade vejam o que recebe em taxas.*

*Há uma realidade que é esta. Se calhar 90% dos imóveis estão a ser sobreavaliados, não entram registos na Conservatória de Pombal, não há escrituras, os notários fecham, não há investimento como houve no passado e eu não vou comprar nesse Concelho porque sei que não vou arrendar e que vou pagar muita tributação.*



## MUNICÍPIO DE POMBAL

*Toda gente sabe que vai haver muita receita, as avaliações estão a ser feitas de forma não cuidadosa. Eu não sei se o executivo tem capacidade para fazer um programa de ação social para ajudar as pessoas carenciadas, ou se estaremos, constantemente, a ver a autoridade tributária a colocar na internet as vendas e as execuções fiscais, porque não precisam de ir para os tribunais.*

*No meu entendimento acho que a Câmara poderia ter ido mais longe, reduzindo mais a taxa.*

*Eu vou votar a favor mas no sentido de aguardar que, para o próximo ano, o Município tenha uma cautela e crie um programa de ação social de ajuda especificamente para pessoas carenciadas.”*

**Tiago Galvão**, fez a intervenção seguinte:

*“Gostaria que o Deputado Pedro Brilhante, bem como a JSD, soubessem realmente fazer contas, quando a reavaliação dos imóveis tem um crescimento exponencial e a descida da taxa é de um crescimento linear desajustado, é normal que não exista proporcionalidade em relação ao ano anterior.*

*Eu acho que os jovens esperam mais dos seus líderes e a nossa função deve ser essa, portanto a JS e esta bancada nunca estarão ao lado da diminuição da qualidade de vida dos jovens e das outras pessoas.*

*Por outro lado o deputado João Coucelo considerou que seria possível uma redução muito próxima de 0,3 pelo que será, no meu entender, incorreta uma votação favorável neste ponto.”*

**João Coucelo**, pediu a palavra para responder ao Deputado Tiago Galvão, como se segue:

*“Para sua informação, o ano passado a taxa mínima era 0,2 e portanto faça as contas e mesmo que não perceba o sentido da minha votação eu não a vou explicar porque não tenho mais explicações a dar, é evidente que há outras formas, que a Câmara tem de atenuar a carga fiscal nos cidadãos, mas também tem a obrigação de lhes dar apoio social e para isso também é preciso ter dinheiro. É evidente que quem tem vai pagar mais, são as pessoas que têm mais património, independentemente da lei não estar tão bem como deveria estar.”*

**Pedro Brilhante**, que referiu o seguinte:

*“É muito simples Senhor Presidente, é só para dizer que olhando para alteração e vendo o que vai efetivamente acontecer, a verdade é que há imóveis que vão subir e imóveis que vão descer e por isso também têm que ter atenção esse fator. Relativamente ao que os jovens esperam dos seus dirigentes, existem os que são dirigentes da juventude que estão presentes e existem os que não estão presentes, e nós estamos do lado dos que estão presentes.”*

**Colocada a votação a proposta de fixação da taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis, relativa ao ano de 2012, foi a mesma aprovado por maioria, com dois votos contra e uma abstenção.**

**Mais foi deliberado, por unanimidade, aprovar esta deliberação por minuta para efeitos de imediata execução.**

### ***Ponto 2.5 - Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre Lançamento da Derrama a cobrar no ano 2013.***

O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara** que prestou os esclarecimentos que entendeu necessários relativamente à proposta da Câmara previamente distribuída por todos os membros da Assembleia.

Colocado este assunto à discussão inscreveram-se os seguintes membros:

**André Coelho**, que usou da palavra como se segue:

*“Eu ando há pouco tempo na política comparativamente com muitos outros que estão aqui presentes, venho a esta Assembleia Municipal há sete anos, sou filiado no Partido há onze e discutia com o meu pai desde pequeno, não tenho mais experiência política que essa e, dentro da minha pouca informação sobre ideologia, fico admirado como é que o PSD, sendo um Partido de direita, continua a defender em Pombal a captação de receita para trazer á Câmara uma melhor gestão do dinheiro dos contribuintes, e cria*



## MUNICÍPIO DE POMBAL

*serviços de apoio social quando podem simplesmente fazer com que eles não paguem mais impostos, neste sentido, venho falar da Derrama.*

*Nós estamos a onerar as empresas que trabalham bem e que têm lucros e, com isso, damos um sinal, já hoje falei do poder da linguagem simbólica, eu acredito que os impostos carregam em si uma capacidade de transmitir um sinal à população e, por isso, são instrumentos sociais, políticos, económicos, financeiros.*

*Enquanto instrumentos financeiros garantem o funcionamento da Câmara, para que a Câmara possa garantir o funcionamento de alguns bens públicos, já aqui foi referida a questão da assistência social em caso de necessidade, já aqui falei também da questão sobre alguns investimentos que são considerados como prioridade e que estão inscritos nas despesas previstas da Câmara e não são só as despesas sociais, são também despesas de investimento.*

*Os impostos também são instrumentos económicos e este tem um impacto económico importante que é fazer perceber, junto de empresários que gerem o seu dinheiro com responsabilidade, se estão em Pombal onde se paga Derrama, ou estão noutra sítio, onde não se paga Derrama.*

*Esta opção já foi feita, como podemos ver pelo histórico da arrecadação de receita ao abrigo deste imposto, deste 2007, a receita arrecadada tem vindo a baixar, dirão alguns que é pela conjuntura económica, nomeadamente, no primeiro ano foi onde o impacto foi registado, menos 29%; de 2008 para 2009, menos 21%; a crise sendo decretada oficialmente em 2011 mas começando mais cedo poderia ter algum impacto, mas o impacto é mais reduzido, ou seja, as pessoas já tinham feito a sua decisão por saber o sinal que a Câmara tinha dado. Esse sinal tem uma consequência económica, que é as empresas registarem-se noutra sítio e questionarem sobre a necessidade de investir em Pombal em relação a um concelho com as mesmas infra-estruturas, porque nós competimos regionalmente não é só o nosso distrito ou a nossa região, é o país inteiro, portanto, isto tem consequências económicas, sociais e políticas.*

*Os impostos, enquanto sinal indutor para comportamentos positivos por parte dos consumidores e por parte dos produtores, também deviam obviar à criação de injustiças originadas por uma destruição do mercado, no entanto a Câmara não o quis dar.*

*Lamento que o sentido de votação da Câmara tenha sido um voto favorável para a manutenção da Derrama, ainda não chegámos a um consenso, gostaríamos de ver uma redução, não a extinção, mas não a tendo não podemos votar favoravelmente.”*

**João Paulo Santos**, que fez a intervenção seguinte:

*“Relativamente à proposta aqui apresentada pelo Município sobre o lançamento da Derrama para 2013 cabe-me a mim e à JSD enaltecer o esforço desta Câmara e proteger as micro e pequenas empresas, muitas delas familiares, isentando da Derrama aquelas que não reúnem um volume de negócios superior a cento e cinquenta mil euros anuais.*

*Esforço ainda de maior relevo, tendo em conta que as receitas do Município, provenientes deste imposto, diminuiriam em 2011 e esperar-se que diminuam ainda mais em 2012.*

*A JSD não pode negar o esforço e o empenho que este Executivo tem tido ao longo dos tempos para fazer de Pombal um Concelho próspero economicamente, porém não podemos negar a realidade dos tempo difíceis que atravessamos e, enquanto estrutura juvenil que somos, cabe-nos pensar e preparar o futuro para não hipotecar as gerações vindouras, à semelhança do que o Governo Socialista dos últimos seis anos fez a Portugal.*

*Assim, vimos aqui sugerir e apelar ao Município para que comece a pensar ainda mais numa estratégia a médio e longo prazo de incentivo à fixação de empresas em Pombal, para a captação de investimento e para a criação de condições favoráveis ao incremento à atividade empresarial, porque se a política económica desta Câmara, aliada à nossa excelente localização geográfica, às acessibilidades e ainda ao espírito empreendedor da nossa gente, tem sido suficiente para que Pombal tenha sido um pólo de*



## MUNICÍPIO DE POMBAL

*excelência para atividade empresarial, tememos que as dificuldades dos tempos que atravessamos, aliada à concorrência que outros Municípios fazem, possa colocar em causa tudo o que alcançámos até agora. Por isso está na hora que debater, pensar e propor medidas para que Pombal possa continuar a ser um local predileto para a criação de riqueza, dando assim continuidade ao bom trabalho que o Município tem feito neste campo.”*

Nesta altura o Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra **ao Senhor Presidente da Câmara**, que respondeu da seguinte forma:

*“Há pouco tempo, um Senhor que foi Ministro da Industria disse que, a nível nacional, junto dos jovens precisávamos de homens com cabelos brancos.*

*Nós aplicamos a Derrama desde 2007 e estivemos treze anos sem a aplicar. Estamos integrados em duas Associações de Municípios, as Terras de Sicó e a AMLEI, e, no âmbito da AMLEI, éramos o único Concelho que não aplicava Derrama.*

*Se as empresas estão mal não é por pagar 1,5% dos lucros que declaram no final do ano. A Derrama é um imposto mínimo dos lucros, que é canalizado para benfeitorias nos Concelhos, no ambiente, na educação, na cultura, etc. As empresas que vão à falência não é por pagarem Derrama, vão à falência porque temos uma energia eléctrica que aumenta todos os anos, é o IVA, são os impostos diretos e indiretos, são os custos da mão de obra, etc.*

*Portanto, haja verdade e nada de politiquices porque a Derrama corresponde a um valor irrisório taxado às empresas com lucros anuais superiores a € 150.000,00.”*

**Colocado este assunto a votação, foi o mesmo aprovado por maioria, com nove abstenções.**

**Mais foi deliberado, por unanimidade, aprovar esta deliberação por minuta, para efeitos de imediata execução.**

***Ponto 2.6 - Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre Estabelecimento da Taxa Municipal de Direitos de Passagem a vigorar no ano de 2013.***

O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara** que apresentou o documento colocando-se ao dispor dos membros da Assembleia para qualquer esclarecimento.

**Colocado este assunto a discussão não se verificou qualquer inscrição pelo que se passou à votação, tendo a Taxa Municipal de Direitos de Passagem a vigorar no ano de 2013, sido aprovada por unanimidade.**

**Mais foi deliberado, por unanimidade, aprovar esta deliberação por minuta, para efeitos de imediata execução.**

***Ponto 2.7 - Apreciação do Parecer do Auditor Externo relativo ao 1.º semestre de 2011.***

O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara** que prestou os esclarecimentos que entendeu pertinentes, colocando-se à disposição da Assembleia para qualquer esclarecimento adicional.

Colocado este assunto a discussão, inscreveram-se os seguintes membros:

**André Coelho**, que usou da palavra para fazer a seguinte intervenção:

*“Sobre o parecer permita-me, primeiro, que me refira ao auditor externo. Já tem sido recorrente a minha intervenção sobre este auditor externo, que disse ter feito uma reconciliação bancária quando na verdade não a tinha feito, e que, já na altura, tinha um desvio de cinquenta mil euros. Lamento, mais uma vez, vir*



## MUNICÍPIO DE POMBAL

*aqui à discussão, um documento redigido por alguém, quando na verdade não o fez, portanto, posso partir do princípio que nem tudo o que aqui está é verdade, mas hoje vou fazer um exercício contrário e vou acreditar que é verdade o que aqui está, e se assim for, peço o esclarecimento de duas rubricas em concreto.*

*Diz o Relatório que no primeiro semestre deste ano os custos com pessoal não diminuíram em relação ao primeiro semestre do ano passado. Foi com surpresa que registei isto sendo o subsídio de férias pago no mês de junho, entendo que já deveria ter algum reflexo positivo para o fim pretendido que é a poupança, e aqui, nestas contas, os custos com pessoal são exatamente os mesmos de um ano para o outro, eu pergunto porquê?*

*O que é que terá acontecido de tão extraordinário dentro dos quadros de pessoal da Câmara ou das remunerações que permita que o desaparecimento de um ordenado não se faça refletir nas contas da Câmara? É realmente surpreendente.*

*Depois, em relação à rubrica de fornecimento e de serviços externos, que cresceu em setecentos e oitenta mil euros, há três pontos que levantam algumas dúvidas. O primeiro foi o aumento de duzentos mil euros nos transportes escolares. Porque é que aumentou, se não tivemos um aumento de alunos? A participação camarária para o passe escolar diminuiu, portanto a participação da Câmara, neste ponto, será menor.*

*Depois, uma dúvida técnica. A rubrica - Conservação e reparação - tem agora agregada a despesa de combustível, isto terá levado ao aumento de duzentos e setenta e dois mil euros só dentro desta rubrica, estamos a falar de um aumento de 100% de despesa em conservação e reparação ao longo de seis meses, pergunto porque é que assim é? Se foi com a introdução de combustível, mesmo assim este aumento surpreende-me.*

*Depois os subcontratos, que aumentaram em noventa e três mil euros, de um ano para o outro, em seis meses apenas.*

*Mas o mais importante é a conclusão que podemos tirar da última página do documento apresentado. Segundo o que é dito, a execução orçamental cifra-se nos seguintes resultados:*

- *despesa executada daquela que estava prevista 24%;*
- *receita executada daquela que estava prevista 26%;*
- *obra executada daquela de estava prevista 18%.*

*Permita-me tirar as seguintes conclusões, e peço ao Senhor Presidente que me esclareça se é verdade: Temos uma melhor execução da receita do que da despesa, temos uma receita e uma despesa que por serem superiores às execuções das obras, não são necessariamente para investimento, não sei se assim é, mas se há mais despesa e mais receita do que propriamente aquilo que é gasto em investimento porque se assim for estamos a desviarmo-nos do objectivo. E por ultimo a conclusão evidente, as execuções são bastaste baixas e eu gostava que o senhor presidente me esclarecesse, muito obrigado.”*

O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara**, que respondeu como se segue:

*“Senhores Deputados, eu estou aqui a trabalhar convosco há cerca de dezanove anos e já trazia mais trinta anos de atividade privada.*

*Sei que os Senhores Presidentes de Câmara que me antecederam tinham liberdade de falar e muito poucas vezes lhe cortavam a palavra na informação que eles queriam dar.*

*Agora criaram um Regimento que delimita o tempo e, por esse facto, uma vez que este assunto vem na informação, e pedindo desculpa àqueles deputados que sabem distinguir o trigo do joio e sabem que um individuo tem que ser igual a si próprio, dispense-me de fazer qualquer comentário e muito menos para*



## MUNICÍPIO DE POMBAL

*responder a um Deputado jovem que teve o desprante de, nesta Assembleia Municipal, me rotular de conivente com uma fraude.”*

**João Coucelo**, que fez a seguinte intervenção:

*“Eu gostava que o André me explicasse a questão das despesas com pessoal, porque eu não vi onde é que elas aumentaram.*

*Eu não posso responder a todas as tuas perguntas porque não me compete a mim fazê-lo, mas posso dizer que, relativamente a isso, há uma instituição que por ano movimenta, ou tem um orçamento, de oitenta e tal milhões de euros, equivalente ao orçamento desta Câmara e, se formos ver o que é o movimento e o fluxo financeiro em várias rubricas, este ano e no ano passado, as pessoas perguntam como é possível, isto tem a ver com a lei dos compromissos. muitas das coisas que foram prometidas e que agora não podemos fazer, facilmente, explica-se com a lei dos compromissos e isso está aqui desenvolvido no relatório do auditor.”*

***Ponto 2.8 - Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre Autorização para assunção de compromissos relativamente a bens e serviços para exercícios seguintes.***

O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que prestou os esclarecimentos que entendeu sobre a necessidade de autorização da Assembleia Municipal, conforme deliberação do Executivo, previamente distribuída por todos os membros da Assembleia.

**Colocado este ponto a discussão não se verificou qualquer inscrição, tendo a Assembleia Municipal deliberado, por unanimidade e por minuta, autorizar a assunção do respetivo compromisso para a despesa relativa a exercícios seguintes, de harmonia com o solicitado.**

***Ponto 2.9 - Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre Requalificação dos Espaços Públicos da Aldeia do Vale (Pavimentação/ Calcetamento de Ruas) - Proc.º n.º 25/2012 - Autorização para assunção de compromisso para exercícios seguintes.***

O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara** que prestou os esclarecimentos que entendeu sobre a necessidade de autorização da Assembleia Municipal, conforme deliberação do Executivo previamente distribuída por todos os membros da Assembleia.

**Colocado este ponto a discussão** inscreveu-se o seguinte membro:

**Tiago Galvão**, que usou da palavra como se transcreve:

*“Queria fazer um pedido de esclarecimento sobre o ponto 2.9 da proposta da Câmara sobre Requalificação dos Espaços Públicos da Aldeia dos Vale (Pavimentação / Calcetamento de Ruas), sobre se o troço urbanístico que vai ser pavimentado está de acordo ou não com o traço arquitectónico, quer de desenho, quer de materiais utilizados, pois estamos a falar de uma zona turística e queremos saber se vai ao encontro ou não.”*

**Presidente da Câmara**, fez a seguinte intervenção:

*“O projeto foi devidamente elaborado e verificado pelos respectivos Arquitectos do Departamento Urbanístico. Em Vila Cã há uma casa de turismo rural que foi apoiada pelas Terras de Sicó, outras casas sugeriram em termos de revitalização e recuperação desta aldeia, os materiais utilizados são característicos de acordo com os já existentes e nada, na requalificação daquela zona vai ser*



## MUNICÍPIO DE POMBAL

*descaracterizado, aliás há um terreno junto à Capela em que não vamos permitir nenhuma construção porque deixava de evidenciar a Capela que lhe está confinante.”*

**Colocado este ponto a discussão não se verificou qualquer inscrição, tendo a Assembleia Municipal deliberado, por unanimidade e por minuta, autorizar a assunção de compromissos plurianuais relativos à obra em epígrafe, de harmonia com o solicitado.**

*Ponto 2.10 - Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre Construção da ETAR e Emissários de Pelariga / Almagreira (Construção da ETAR) - Proc. n.º 59/2011 - Autorização para assunção de compromisso para exercícios seguintes.*

O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que prestou os esclarecimentos que entendeu sobre a necessidade de autorização da Assembleia Municipal, conforme deliberação do Executivo previamente distribuída por todos os membros da Assembleia.

**Colocado este ponto a discussão não se verificou qualquer inscrição, tendo a Assembleia Municipal deliberado, por unanimidade e por minuta, autorizar a assunção de compromissos plurianuais relativos à obra em epígrafe, de harmonia com o solicitado.**

*Ponto 2.11 - Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre Construção dos reservatórios e equipamento electromecânico nas Ranhas - Proc. n.º 03/2012 - Autorização para assunção de compromisso para exercícios seguintes.*

O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que prestou os esclarecimentos que entendeu sobre a necessidade de autorização da Assembleia Municipal, conforme deliberação do Executivo previamente distribuída por todos os membros da Assembleia.

**Colocado este ponto a discussão não se verificou qualquer inscrição, tendo a Assembleia Municipal deliberado, por unanimidade e por minuta, autorizar a assunção de compromissos plurianuais relativos à obra em epígrafe, de harmonia com o solicitado.**

*Ponto 2.12 - Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre Construção da Conduta Adutora, Est. Elevatória e Reservatórios entre Caxaria e o Parque Industrial Manuel da Mota (Construção de Reservatórios) - Proc. n.º 24/2012 - Autorização para assunção de compromisso para exercícios seguintes.*

O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que prestou os esclarecimentos que entendeu sobre a necessidade de autorização da Assembleia Municipal, conforme deliberação do Executivo previamente distribuída por todos os membros da Assembleia.

**Colocado este ponto a discussão não se verificou qualquer inscrição, tendo a Assembleia Municipal deliberado, por unanimidade e por minuta, autorizar a assunção de compromissos plurianuais relativos à obra em epígrafe, de harmonia com o solicitado.**



## MUNICÍPIO DE POMBAL

***Ponto 2.13 - Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre Construção do parque de viaturas e máquinas - Proc.º n.º 14/2012 – Autorização para efetivação da despesa.***

O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que prestou os esclarecimentos que entendeu sobre a necessidade de autorização da Assembleia Municipal para efetivação da despesa, no montante de € 163.128,70, IVA incluído, para o ano de 2012 (1 mês) e de € 1.951.977,57, IVA incluído, para o ano de 2013 (11 meses).

**Colocado este ponto a discussão não se verificou qualquer inscrição, tendo a Assembleia Municipal deliberado, por unanimidade e por minuta, autorizar a assunção de compromissos plurianuais relativos à obra em epígrafe, de harmonia com o solicitado.**

***Ponto 2.14 - Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre Garantia bancária no montante de € 37081,00 a favor da E.P. - Estradas de Portugal - Autorização de assunção de compromisso para anos seguintes.***

O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que prestou os esclarecimentos que entendeu sobre a necessidade de autorização da Assembleia Municipal, conforme deliberação do Executivo previamente distribuída por todos os membros da Assembleia.

**Colocado este ponto a discussão não se verificou qualquer inscrição, tendo a Assembleia Municipal deliberado, por unanimidade e por minuta, autorizar a assunção de compromissos plurianuais relativos à obra em epígrafe, de harmonia com o solicitado.**

***Ponto 2.15 - Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre Desafetação de caminho públicos sito no lugar de Boavista, freguesia de Redinha - Revogação da deliberação de 15 de maio de 2009.***

O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara** que prestou o seguinte esclarecimento, que a seguir se transcreve:

*“Trata-se da desafetação de um caminho que já veio a esta Assembleia. Foi aprovada a desafetação a favor de três proprietários confinantes, os quais não pagaram o preço estabelecido para se poder legalizar a situação, tendo, inclusive um deles, fechado o caminho com um muro sem a respetiva licença e sem o documento de posse emitido, pelo que não temos alternativa a não ser revogar a deliberação tomada e repor o caminho como estava.”*

**Colocado este ponto a discussão, não se verificou qualquer inscrição, tendo a Assembleia Municipal deliberado, por unanimidade e por minuta, revogar a deliberação tomada em sessão de 15 de maio de 2009.**

***Ponto 2.16 - Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre Desafetação de caminho público, sito na Rua das Achadas Largas, freguesia de Meirinhas.***



## MUNICÍPIO DE POMBAL

O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara** que prestou os esclarecimentos que entendeu pertinentes, colocando-se à disposição dos membros da Assembleia para qualquer esclarecimento adicional.

Colocado este ponto a discussão, inscreveram-se os seguintes membros:

**Joaquim Branco**, que colocou a seguinte questão:

*“Senhor Presidente, gostaria de saber se para esta proposta há algum requerente e quem é?”*

**Presidente da Câmara**, referiu o seguinte:

*“Os proprietários dos terrenos confinantes foram todos contactados e, numa primeira hipótese, era para se demolirem muros e cederem alguns metros de terreno para cada lado, de um lado era possível, do outro não porque havia a construção de uma casa e não o permitiram. Por isso houve esta alternativa de cedência de terreno gratuito e de permuta em vez avançarmos para a expropriação deixando os proprietários revoltados e em piores condições de acesso e segurança, porque todos os proprietários têm acessos como tinham antigamente, sem serem prejudicados.”*

**Américo Ferreira**, que usou da palavra como se segue:

*“É só para esclarecer o Dr. Joaquim Branco do seguinte: Há quinze anos que se anda para abrir aquela estrada e, até ao momento não foi possível por causa da casa que está lá. O Dr. Joaquim Branco conhece bem aquela rua e sabe muito bem que não passa ali um camião, por isso é um problema que se anda a debater há muitos anos, não se está aqui a fazer favores a ninguém.”*

**Colocado este ponto a votação foi o mesmo aprovado por unanimidade e por minuta.**

***Ponto 2.17 - Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre Procedimento concursal comum para ocupação de dois postos de trabalho na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado da carreira/categoria de assistente operacional - área de pintura, para a secção de mobilidade, trânsito e manutenção urbana-ref.C previstos e não ocupados no mapa de pessoal.***

O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara** que prestou o seguinte esclarecimento, que a seguir se transcreve:

*“Nós tínhamos três pintores no quadro que se foram embora, temos que contratar e a legislação atual impõe que se submeta à reunião de Câmara e Assembleia razão pela qual estamos aqui, pela primeira vez, a decidir uma contratação.”*

**Colocado este ponto a discussão, não se verificou qualquer inscrição, tendo a Assembleia Municipal deliberado, por unanimidade e por minuta, aprovar a proposta da Câmara.**

***Ponto 2.18 - Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre Procedimento concursal comum para ocupação de um posto de trabalho na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo determinado (a termo certo), da carreira/categoria de técnico superior - área de engenharia florestal, para a divisão de urbanismo e planeamento, previsto e não ocupado no mapa de pessoal.***

O Senhor Presidente da Assembleia colocou à discussão e votação proposta da Câmara sobre procedimento concursal comum para ocupação de um posto de trabalho na modalidade de contrato de



## MUNICÍPIO DE POMBAL

trabalho em funções públicas por tempo determinado (a termo certo), da carreira/categoria de técnico superior - área de engenharia florestal, para a divisão de urbanismo e planeamento, previsto e não ocupado no mapa de pessoal, tendo-se inscrito o seguinte membro:

**João Coucelo**, cuja intervenção se transcreve:

*“A minha pergunta é precisamente porquê tempo determinado? Qual é o objetivo da contratação neste momento, com uma previsão de algum tempo de atividade, sendo os outros vão se4r contratados por tempo indeterminado?”*

**Presidente da Câmara**, respondeu como se segue:

*“Porque precisamos efetivamente deste colaborador, que já aqui está alguns meses e agora este assunto vem aqui para poder ser renovado o contrato dele por mais um ano.”*

**Colocado este ponto á votação foi o mesmo aprovado por unanimidade e por minuta.**

***Ponto 2.19 - Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre Procedimento concursal comum para ocupação de um posto de trabalho na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado da carreira/categoria de técnico superior (veterinário municipal, para a unidade veterinária, mercados e feiras – ref.ª B ) previsto e não ocupado no mapa de pessoal.***

O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara** que prestou os esclarecimentos que entendeu pertinentes, colocando-se à disposição dos membros da Assembleia para qualquer informação adicional.

**Colocado este assunto a discussão não se verificou qualquer inscrição, pelo que se passou à votação, tendo o mesmo sido aprovado, por unanimidade e por minuta.**

***Ponto 2.20 - Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre Projeto de Regulamento do Conselho Municipal da Juventude.***

O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que prestou os esclarecimentos que entendeu necessários, colocando-se à disposição dos membros da Assembleia para qualquer informação adicional.

Colocado este assunto a discussão, inscreveram-se os seguintes membros:

**Tiago Galvão**, usou da palavra com se segue:

*“Gostaria de congratular o Executivo por, finalmente, iniciar o cumprimento da legislação relativamente ao Conselho Municipal da Juventude de Pombal, colocando em marcha a sua implementação, através da aprovação do seu Regulamento.*

*Esta bancada e a Juventude Socialista orgulham-se da luta levada a cabo por esta bandeira. Com este órgão os jovens pombalenses poderão ter uma voz mais ativa nas decisões previstas para o Concelho.*

*A Juventude Socialista e a Bancada do Partido Socialista lutaram sempre pelas questões e problemas essenciais aos jovens, abdicando das mais diversas futilidades que importam unicamente a outras instituições e, este exemplo, é um exemplo de uma luta ganha com esforço e mérito de quem, realmente, se preocupa com os jovens.*



## MUNICÍPIO DE POMBAL

*Mais uma vez felicito o Executivo, na pessoa do Senhor Presidente da Câmara, por finalmente ter começado o processo de implementação do Conselho Municipal da Juventude de Pombal.*

*Quero ainda reforçar, aqui, respondendo ao deputado Pedro Brillhante, que os verdadeiros líderes e responsáveis pela juventude aparecem nas questões, como referi, verdadeiramente importantes, representando não apenas os militantes da JS mas todos os jovens do concelho como é nosso carácter, obrigado”*

**João Santos**, que fez a seguinte intervenção:

*“Meus Senhores, hoje é um dia marcante para a juventude Pombalense. Hoje vemos ser apresentado, e esperamos que aprovado, o Regulamento que institui o Conselho Municipal da Juventude de Pombal, que a JSD assumiu logo após a alteração legislativa que veio atribuir uma nova redação ao diploma que prevê os CMJ’s, redação essa que não é perfeita, mas é a possível. Este Regulamento aqui submetido vai até onde a lei permite que vá, logo, estão reunidas as condições para que este órgão seja um fórum privilegiado para se debater, para se pensar, para se propor, para se ouvir os jovens pombalenses e, para que a este órgão seja, sobretudo e principalmente, um incentivo à participação cívica e política desses mesmos jovens.*

*Congratulamos assim o Executivo na pessoa do Senhor Vereador da Juventude, Fernando Parreira, por este passo dado por Pombal e pelos jovens pombalenses.*

*Para terminar, e recorrendo ao texto da proposta do Regulamento apresentado, no seu artigo 17 que decorre da lei, é-nos dito que o Município disponibilizará um espaço para o CMJ funcionar bem como os seus serviços de apoio, logo, questionamos o Executivo sobre que espaço está pensado para acolher este órgão e os respectivos serviços.*

*Não podemos deixar de referir que a casa da juventude que a JSD há muito defende e relativamente á qual já apresentámos uma proposta nesta magna Assembleia, seria o local de excelência para acolher esta valência.*

*Ainda em jeito de resposta ao nosso colega Tiago Galvão, espero sinceramente que a JS, neste novo órgão, também tenha uma nova postura, mais interventiva, mais participativa, com propostas e menos politiquice.”*

**Fernando Carolino**, cuja intervenção se segue:

*“Realmente a juventude de Pombal merece este Regulamento. Os esforços envidados ao longo do tempo que foi necessário para cumprir com esta lei. Esta lei, como diz o João, não é perfeita mas é a possível, e no entanto o Regulamento foi adiando sucessivamente a sua implementação e a sua apresentação final, aqui, nesta Assembleia para ser aprovada.*

*Alguns artigos deixam-me a pensar que o Senhor Presidente da Câmara tem razão quando se exausta, quando transmite, de uma forma mais agressiva, o seu repúdio pelas leis que vêm do Terreiro do Paço.*

*Efectivamente, pedir a um Conselho Municipal da Juventude que emita pareceres obrigatórios mas não vinculativos, parece-me, a mim, que daquilo que decorre da lei, é chover no molhado, mas, com o tempo, o Concelho Municipal da Juventude pode trazer um contributo favorável.”*

**Colocado o Projeto de Regulamento do Conselho Municipal da Juventude a votação, foi o mesmo aprovado, por unanimidade e por minuta.**

### **Ponto 2.21 - Agregação de Freguesias – Pronúncia da Assembleia.**

O Senhor Presidente da Assembleia abriu o debate sobre a Agregação de Freguesias – Pronúncia da Assembleia, tendo-se inscrito os seguintes membros:

**Pedro Brillhante**, cuja intervenção se escreve:



## MUNICÍPIO DE POMBAL

*“Gostava de me dirigir principalmente aos Presidentes de Junta, porque penso que nesta altura a mensagem tem de ser, principalmente, dirigida a eles.*

*Meus senhores, é chegada uma altura de grandes decisões. Temos em mãos aquilo que será o futuro de todo o nosso Concelho; o futuro de todos nós enquanto munícipes desta terra.*

*Nunca, na história da democracia, a decisão de tão relevante medida foi entregue aos dirigentes políticos mais próximos da população. Tantas vezes nos queixamos, bem alto, que é em Lisboa que tudo se decide e nós, verdadeiros conhecedores da realidade local, nunca somos ouvidos em nenhuma fase dos processos. Pois bem, meus caros colegas deputados, temos agora a possibilidade de aplicar o que tanto vimos reclamando: tomar as decisões do nosso território em mãos, moldá-las às nossas necessidades, costumes, e preparando-as para os desafios do futuro, permitindo que, também como os senhores tiveram possibilidade, a nossa geração – a nova geração de pombalenses – possa aqui fazer vida.*

*Há mais de cem anos, Mousinho da Silveira levou a cabo a última e mais importante reforma administrativa levada a cabo neste país. Nessa reforma nasceu este Concelho em que todos vivemos. Da junção do Louriçal, Redinha, Pombal e Abiul nasceu este agregado territorial forte, pujante e com projeção e escala, com os resultados que estão à vista e que são reconhecidos por todos. Somos, portanto, meus senhores, resultado de uma feliz e próspera agregação, em contraponto com aqueles municípios que, não se agregando, estão hoje condenados a desertificação e ao abandono, por se terem isolado e por não permitirem a si próprios ganhar a escala e projecção necessárias, como é o caso dos nossos vizinhos do norte do distrito.*

*A reforma não é perfeita, mas será possível que, olhando para a história, não consigamos todos perceber quais as vantagens que acarreta.*

*Nós, na JSD, acreditamos que todos podemos constatar, se esta discussão tivesse lugar daqui a dez anos, praticamente nenhum dos problemas hoje levantados seriam postos e todos se perguntariam porque não tinha havido coragem de os fazer há dez anos atrás, portanto, hoje. Não adiemos mais dez anos aquilo que hoje pode e deve ser resolvido. Por uma questão de estratégia, por uma questão de futuro, por uma questão de sobrevivência.*

*Fomos eleitos para decidir, meus senhores, não para deixar que os outros decidam por nós. Não dêem razão aos que dizem que os Presidentes de Junta não têm visão estratégica para as suas freguesias e façam história, projetando o nosso território para uma prosperidade sólida, com capacidade de desenvolvimento e captação de investimento e pessoas.*

*Termino com uma repetição do que já disse: dêem à nova geração de pombalenses a mesma possibilidade de aqui fazer a vida que todos os senhores tiveram o privilégio de ter. É esta nova geração que vos pede.”*

**Tiago Galvão**, que fez a seguinte intervenção:

*“Eu gostaria de referenciar que estamos do lado das pessoas, se as pessoas forem unânimes e quiserem realmente esta mudança, obviamente que esta Bancada e o Partido Socialista estará sempre do lado desta solução, porque ninguém melhor do que as pessoas para saberem se vão no caminho certo ou não, de qualquer das formas quero aqui limar um lapso, esta decisão esteve sempre do lado das pessoas, isto não é inédito, neste momento a decisão foi forçada, ou nós tomamos uma posição ou o governo central toma a posição com todas as suas consequências.*

*É um ponto de decisão das pessoas, nenhum partido prometeu, na sua campanha eleitoral, que iria fazer uma agregação de freguesias, ou seja, nós não estamos legitimados a fazer essa agregação.*

*Se à frente de um Concelho temos um Executivo e nós, Assembleia, moderássemos que seria estrategicamente viável a agregação de freguesias, quer para desenvolvimento económico, quer para desenvolvimento social, tínhamos em nosso poder os meios para fazer chegar a proposta à Assembleia da Republica para ser aprovada, se não o fizemos é porque ninguém entendeu que isto era estratégia, portanto gostava de sublinhar aqui a posição da nossa Bancada.”*



## MUNICÍPIO DE POMBAL

**Américo Ferreira**, que fez a intervenção abaixo:

*“Sobre este ponto, fui sempre daquelas pessoas que foi contra agregação das freguesias. Mas chegando á conclusão que se não for de uma maneira tem que ser de outra, teremos que chegar a um consenso, mas esse consenso tem que começar pelo executivo. O executivo tem que ir às freguesias e dar a sua opinião ao povo das freguesias, só assim é que devíamos avançar.”*

**Fernando Carolino**, que disse o seguinte:

*“Honestamente, esta é daquelas situações em que não me sinto à vontade de me pronunciar. Quando me integrei na lista socialista por Pombal para ser candidato à Assembleia Municipal, não me deram a legitimidade de voto para chegar aqui e decidir se as Meirinhas acabam e passam para Vermoil, se Abiul se extingue e funde com Vila Cã, se Almagreira vai para o Louriçal.*

*Agora estou perante um dilema, tenho o governo ali sentado a dizer que a Assembleia a que pertença tem que decidir esta situação, impreterivelmente, até dia 14 de outubro. Tudo porque alguém resolveu dizer que temos que reduzir custos, redução de custos que começaram logo pelas freguesias. E aqui questiono eu: Porquê freguesias? Porque não Municípios?*

*As freguesias são uma das conquistas do 25 de abril e temos dezassete presidentes que todos os dias vão fazendo pelas suas populações. Por exemplo no caso das freguesias da Guia, da Ilha como é que vão fazer o retorcer do seu evoluir natural para serem outra vez direcionadas para a Mata Mourisca?*

*Eu não sei como é que nós podemos explicar aos munícipes do Concelho de Pombal que temos necessidade de fazer esta redução. Eu alinho pelo diapasão da Bancada de que faço parte, em primeiro lugar, as pessoas. Se por acaso Albergaria dos Doze, São Simão e Santiago de Litém quiserem a fusão, tudo bem, mas há aqui um problema, o projeto lei que está em discussão vem dizer que o tamanho daquela freguesia não pode ser, porque vai ultrapassar o número que é permitido.*

*Faz-me alguma confusão o discurso do Pedro em que solicita aos senhores Presidentes de Junta que abdicuem de uma vida inteira em prol das suas freguesias para um qualquer futuro incerto.”*

**Eusébio Rodrigues**, que usou da palavra como se segue:

*“Mais uma vez vou ter que tomar uma decisão, é obvio que como diziam os meus colegas deputados eu não estou legitimado para tomar uma decisão, mas uma coisa é certa, eu não vou baixar a cabeça a este projeto, até porque Carnide, assim como as outras freguesias, não está acima da lei e, como tal, a decisão que eu tomei é pôr as cartas na mesa à população de Carnide. É obvio que neste projeto é tudo muito lindo, só que poupar dinheiro é mentira, só se gasta, porque quando se diz aqui que se tem que fazer uma sede nova, é obvio que nenhuma das freguesias atuais vai dispor da sede e tem que ter uma sede unânime que ainda não existe. De onde é que vem o dinheiro para esta construção?*

*Portanto, é isto que eu vou explicar aos meus fregueses, até porque anteriormente tomei deliberações pensando que não havia alternativa e era o melhor, o que, aparentemente, não é. Hoje, vai ser o Tribunal que vai decidir qual era a melhor deliberação.*

*Neste caso não vou deixar isto para o Tribunal, vou deixar para o povo, e não vou tomar nenhuma decisão sem que a população da minha freguesia se pronuncie.*

*Eu sei que tenho todas as condições, estamos muito bem servidos tal como outras freguesias, agora uma coisa é certa, tentamos arranjar uma alternativa ainda que ela não tenha o apoio suficiente e só aí, depois da população se manifestar, é que a Assembleia de Freguesia se irá pronunciar.”*

**Joaquim Branco**, que referiu o seguinte:

*“Quero discordar com o meu colega de Bancada que falou sobre a lei que veio de Lisboa, muito democrática. A democracia discute-se, é que a nossa constituição disse que somos uma democracia que deve remar ao socialismo, às bases do povo.*

*Atenção, que esta lei não permitiu referendos locais, nem Assembleias populares. Eu acredito que o poder tem que estar no povo, esta lei não dá nada ao povo.*



## MUNICÍPIO DE POMBAL

*Meus amigos, é o seguinte: Eu concordo com o senhor Eusébio e o senhor Américo, eu lembro-me das lutas, as pessoas viviam miseravelmente e conseguiu-se abrir estradas, colocou-se alcatrão e, muito mais, graças à divisão das freguesias.*

*Se virem o mapa cadastral dá conta que Pombal não tinha quase nenhuma habitação, era só o Largo do Cardal. Meirinhas e Vermoil quase não tinham população. Neste sentido, o paradigma atual jamais poderá ser com régua e esquadro. Onde é que está o espírito?*

*Recentemente tivemos aqui a retificação de um limite de uma freguesia e eu não compro guerras, mas atenção, estamos a mexer aqui com os direitos das pessoas e, em meu entender, deveria fazer-se um referendo local opinativo, como sugestão, e ainda assim ter-se a legitimidade democrática para esta Assembleia decidir.”*

**Guilherme Gameiro**, cuja intervenção se segue:

*“Aquilo que eu gostaria que fosse a reorganização administrativa do meu Concelho e do meu País é muito diferente da lei que temos, com prazo, com indicação clara que o Concelho tem que reduzir voluntariamente três freguesias, caso contrário serão quatro, e que os membros da Assembleia Municipal são chamados a participar nesse processo assim como as Assembleias de Freguesia.*

*Por muitas oposições contrárias, há momentos em que nós temos que encarar a realidade e, encarar a realidade significa que devemos ver se existem ou não pontos de contato, vantagens, pontos que permitem, de facto, dar cumprimento á lei e ir mais além do que aquilo que a lei determina.*

*Pessoalmente, vai fazer agora doze anos que, juntamente com dois outros autarcas, integrei a constituição da primeira associação de freguesias, exatamente porque, já na altura, tivemos noção que há coisas que nós sozinhos não conseguimos fazer.*

*É obvio que a expectativa era de que essa lei permitisse às freguesias evoluírem mais e, esse facto, não veio acontecer, no entanto, aquilo que eu quero dizer aqui, hoje, é que, na minha perspectiva, faz todo o sentido uma agregação das freguesias de Albergaria dos Doze, São Simão de Litém e Santiago de Litém, mais entendo que este contexto pode ser alargado a freguesias como Vermoil ou Vila Cã. Isso permitia aos autarcas que, no futuro, vão ter que gerir estas freguesias, ter outro tipo de dignidade e condições que hoje não tem.*

*Entendo que as freguesias merecem outro tipo de dignidade, entendo e concordo que a divisão de outros tempos permitiu a localidades e a freguesias ganharem aquilo que não conseguiam de outra forma. Agora acredito que só a agregação de algumas ganhando escala permite, a quem exerce essas funções, exercê-las com dignidade.*

*Continuo a achar que é profundamente injustificável que existam freguesias em que um Presidente de Junta pode exercer o seu mandato a tempo inteiro ou a meio tempo, e receba a sua compensação diretamente do Orçamento de Estado, e haja outros, escravos, que tenham que retirar o dinheiro da compensação do Orçamento da Junta de Freguesia, é contra isto que eu acho que nós devíamos tomar posição.*

*Não pensem que por se juntar Albergaria dos Doze, Santiago e São Simão, as pessoas perdem a identidade, é obvio que existem elementos históricos, questões pessoais e de localidade que, muitas vezes, complicam.*

*Entendo que há três freguesias que, voluntariamente, terão que ser reduzidas no Concelho de Pombal, não se perspectiva que haja consenso relativamente a isso, perspectiva-se que a Unidade Técnica, sem qualquer tipo de critério, reduzirá quatro freguesias que não tiveram oportunidade de conversar os termos dessa agregação, que não têm qualquer tipo de compromisso relativamente á forma como se vão organizar no futuro, que não salvaguardaram rigorosamente nada, e isso é que eu lamento.*



## MUNICÍPIO DE POMBAL

*O que eu quero dizer aqui é que a minha posição pessoal relativamente à agregação, é que entendo que deveria ser ampla, ao nível do Concelho de Pombal, que deveria dar escala as freguesias e dar dignidade aos eleitos locais e, nesse sentido, a minha posição é essa.”*

**Rodrigues Marques**, que fez a seguinte intervenção:

*“Senhor Presidente, subscrevo e assino por baixo tudo aquilo que o Guilherme acabou de dizer e a minha posição é pública. Agora eu queria lembrar que agregação de freguesias não significa que elas se extingam.*

*Relativamente a outra questão, é que há dois órgãos autárquicos que não se vão pronunciar neste processo, o executivo da Câmara Municipal e a Junta de Freguesia.*

*Eu, enquanto cidadão livre, posso ter a minha opinião e dá-la, como Presidente de Junta não posso, não está consignado na lei que os Executivos camarários ou as Juntas de Freguesia dêem o seu parecer, tanto mais que o parecer da Assembleia de Freguesia é um parecer facultativo.*

*Relativamente à questão que se prende com a sede, penso que isso se resolve muito facilmente, é que os nossos escritórios não se encerrem, o que pode acontecer é termos uma sede virtual, continuávamos com os escritórios abertos para atender o público e arranjarmos uma sede virtual que funcionará como sede, obrigado.”*

**Pedro Murtinho**, que fez a intervenção abaixo:

*“Esta lei coloca-nos numa posição ingrata porque é uma lei que nos é imposta e difícil de decidir porque mexe com a vida das pessoas, mas, como membro desta Assembleia, não posso fugir a essa responsabilidade. E a minha opinião é que essa reforma não é seguramente no devido tempo, não é prioritária para o nosso país e não contribui para a diminuição da dívida pública.*

*Também é verdade que esta reforma administrativa não é séria, já que não se pode reformar administrativamente um país mexendo só na base da pirâmide quando até são as freguesias as instituições que mais próximas estão das populações, por falta de coragem de intervir nos outros níveis da administração.*

*Lembro apenas que a Troika propõem a redução das autarquias e as autarquias nem são compostas por municípios e freguesias. A haver uma lei que reforma a administração local também acho que não devia ser nos moldes em que esta é apresentada, aplicando as mesmas regras em todo o país.*

*Também digo que um processo de reforma administrativa e do território não pode ser imposto, tem que ser estudado e apresentadas as conclusões às populações para que as mesmas possam dar o seu contributo.*

*O que preocupa verdadeiramente as freguesias é a falta de meios e transferências financeiras diretas para aquilo que fazem realmente, é por estes motivos que eu sou céptico a esta reforma e da forma como ela é imposta, no entanto as decisões têm que ser tomadas.*

*A posição mais confortável seria defender a manutenção da atual organização, ganhando a simpatia das populações.*

*Podíamos então olhar para esta lei como uma oportunidade e pode ser aproveitada para modernizar e adequar as estruturas existentes à realidade atual das populações salvaguardando os seus interesses, valores, história, património, tradições e cultura, reforçando a sua capacidade de atuação bem como permitindo racionar custos e a maximizar investimentos.*

*Se não o fizermos a redefinição do mapa administrativo será efetuada pela dita comissão técnica que não conhece a nossa realidade assim como outros factores, tem de ser colocados em cima da mesa. Acho que devemos falar uns com os outros, com franqueza, dando a nossa opinião individual sobre esta matéria, estruturando um raciocínio que nos permita aproximar-nos de um novo mapa territorial que prepare o município e as freguesias para os desafios futuros.*



## MUNICÍPIO DE POMBAL

*As freguesias que forem agregadas deverão manter a mesma entidade sendo que a agregação incidirá fundamentalmente na gestão administrativa.*

*Bem sei que estamos perante um processo difícil de gerir, mas só os autarcas e os membros desta Assembleia, terão uma palavra a dizer, creio que se deixarmos que alguém decida por nós, sem conhecer o nosso concelho, decidirá bem pior que nós.”*

**Manuel António**, que citou a seguinte:

*“Já aqui expressaram sábias palavras com sentido e com bastante responsabilidade em relação àquilo para que esta lei nos desafia.*

*Esta lei, não vale a pena fazermos de conta, quer concordemos quer não, está aí e tem um prazo, apesar de podermos não concordar com uma série de questões.*

*A minha assembleia de freguesia discutiu este ponto no sentido de ter uma posição e a assembleia acordou, apesar de não concordar com os prazos que a lei impunha, porque a falta de tempo irá levar a posições extremadas, demagógicas, populistas, por parte de alguns responsáveis políticos e da própria população, o que será certamente um obstáculo à reorganização administrativa do território.*

*Ora, a minha Assembleia, nesta fase do processo, não vê obrigatoriedade na agregação, de facto, teria impacto real na redução de custos do estado e apesar disso concorda no geral com o processo de reorganização administrativa do território, pois deste pode resultar num maior desenvolvimento local, num alargamento das atribuições e competências, maximizando os recursos materiais financeiros e humanos, no aprofundamento da capacidade de intervenção da junta de freguesia na melhoria do desenvolvimento dos serviços públicos de proximidade das populações.*

*Fico preocupado com as palavras do Fernando Carolino ao recear ter uma visão estratégica, porque eu não tenho dúvidas que nada terá a ver a gestão da área administrativa. Aqui, o que me preocupa é a dignidade com o cargo do Presidente de Junta que muito mudou no papel e nos serviços que as freguesias prestam e temo que um assunto tão difícil como é este, facilmente seja incendiado, se todos nós não tivermos o devido cuidado com aquilo que vamos dizer lá fora.*

*Por isso faço aqui um apelo para que todos os responsáveis olhem para este processo com muita seriedade.”*

Nesta altura o Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra **Senhor Presidente da Câmara**, que respondeu como se segue:

*“Respeito a opinião de todos.*

*Eu penso que as Freguesias com as infra-estruturas que hoje têm, não há nenhum Presidente de Junta que tenha vontade de as agregar e que fique satisfeito por perder a sua identidade, de perder os equipamentos e a Câmara não tem condições, de acordo com lei dos compromissos, de fazer qualquer sede para a agregação de Freguesias.*

*A Alitem associou-se, funciona bem, tem uma economia de escala mas não é isso que vai fazer com que a lei vá ser cumprida. Temos que saber bem como é que as Freguesias se agregam, como é que elas se associam e como é que o povo vai reagir.*

*O Joaquim Branco disse, e muito bem, que estamos numa democracia e a sua essência é ouvir a opinião das pessoas, fazer, a nível das freguesias, um referendo, e não impor a opinião de um Presidente de Câmara ou de Junta.*

*Eu até gostava que agregassem as freguesias porque há dez presidentes que se vão embora, porque um deles podia tomar a presidência da agregação e deixar dois vice-presidentes e eliminar o secretário e o tesoureiro, apenas com um administrativo em cada uma das freguesias para tudo funcionar. Transmitem isso na última reunião e é essa a minha lógica.”*

**Tiago Galvão**, referiu o seguinte:



## MUNICÍPIO DE POMBAL

*“Caro Presidente de Junta, Senhor Manuel António, se acha que a solução para a sua freguesia é a agregação, então no meu ponto de vista acho que podíamos discutir realmente com a população e assumimos a vontade do povo, não podemos é ir contra essa vontade no meu entender.*

*Agora também não concordo que por outro lado politize a opinião dos membros do PS só por se abster, porque como eu referi nós não estávamos legitimados, não é da nossa competência decidir isto. Por isso também não aceito que tentem transformar já o PS como bote expiatório desta questão toda porque não é. Por questões morais, éticas e de competência acho de devemos reunir em Assembleia extraordinária no domingo, dia 14 de Outubro, porque só neste dia é que temos os documentos e as condições para poder deliberar.*

*Quero também sublinhar que estamos a discutir e que vamos deliberar antes de conhecer os critérios da comissão técnica que procederá á apresentação de uma proposta e que terá ainda que ser objeto de deliberação por esta magna Assembleia.*

*Queria lembrar ainda que a Associação Nacional de Municípios e Associação Nacional de Freguesias são contra a esta Lei, por isso devemos ter isso em consideração na nossa deliberação.”*

***Ponto 2.22 - Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre Aquisição de serviços de seguros - Proc.º n.º 001/CPI/SA/12 - Autorização para assunção de compromisso para exercícios seguintes.***

O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que prestou os esclarecimentos que entendeu sobre a necessidade de autorização da Assembleia Municipal, conforme deliberação do Executivo previamente distribuída por todos os membros da Assembleia.

**Colocado este ponto a discussão não se verificou qualquer inscrição, tendo a Assembleia Municipal deliberado, por unanimidade e por minuta, autorizar a assunção do respetivo compromisso para a despesa relativa a exercícios seguintes, de harmonia com o solicitado.**

***Ponto 2.23 - Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre Parque Fluvial do Açude (Relvamento e Rede de Rega) – Proc. n.º 28/2012 - Autorização para assunção de compromisso para exercícios seguintes.***

O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que prestou os esclarecimentos que entendeu sobre a necessidade de autorização da Assembleia Municipal, conforme deliberação do Executivo previamente distribuída por todos os membros da Assembleia.

**Colocado este ponto a discussão não se verificou qualquer inscrição, tendo a Assembleia Municipal deliberado, por unanimidade e por minuta, autorizar a assunção do respetivo compromisso para a despesa relativa a exercícios seguintes, de harmonia com o solicitado.**

***Ponto 2.24 - Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre Educação ano letivo 2012/2013 - Autorização para assunção de compromisso para exercícios seguintes.***

O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que prestou os esclarecimentos que entendeu sobre a necessidade de autorização da Assembleia Municipal, conforme deliberação do Executivo previamente distribuída por todos os membros da Assembleia.



## MUNICÍPIO DE POMBAL

**Colocado este ponto a discussão não se verificou qualquer inscrição, tendo a Assembleia Municipal deliberado, por unanimidade e por minuta, autorizar a assunção do respetivo compromisso para a despesa relativa a exercícios seguintes, de harmonia com o solicitado.**

*Ponto 2.25 - Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre Parcerias para a regeneração urbana - Construção do Centro de Negócios.*

O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara** que prestou os esclarecimentos que entendeu pertinentes, colocando-se à disposição dos membros da Assembleia para qualquer informação adicional:

**Colocado este ponto á discussão ninguém usou da palavra pelo que se passou à votação, tendo o mesmo aprovado por unanimidade e por minuta.**

*Ponto 2.26 - Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre Revisão aos documentos previsionais*

O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara** que prestou os esclarecimentos que entendeu pertinentes, colocando-se à disposição dos membros da Assembleia para qualquer informação adicional:

**Colocado este ponto a discussão ninguém usou da palavra pelo que se passou à votação, tendo a Revisão aos Documentos Previsionais sido aprovada por unanimidade e por minuta.**

Terminados os assuntos da ordem de trabalhos, deu-se a palavra ao público. Não havendo intervenções por parte do público, nesta altura o Senhor Presidente da Assembleia deu por finalizados os trabalhos, eram vinte e uma horas, tendo-se lavrado a presente ata, que eu (1.º Secretário), subscrevo e vai ser assinada por todos os membros da Mesa.

O Presidente:

O 1.º Secretário:

A 2.ª Secretária: